

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento territorial e sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/11/2015 a 30/11/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Transgênicos: a estratégia da inovação de exterminadores e traidores.</b> Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 03/11/2015 .....	4
<b>OCDE destaca política ambiental do Brasil.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/11/2015 .....	7
<b>Dilma institui Pacto Nacional pela Alimentação Saudável.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 04/11/2015 .....	8
<b>Pela redução no uso de agrotóxicos</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 04/11/2015.....	8
<b>Movimentos criticam recuo do governo sobre o Programa de Redução de Agrotóxicos</b> – Site do MST. 04/11/2015 .....	9
<b>Juventude Sem Terra se compromete com a produção de alimentos saudáveis.</b> Catiana de Medeiros – Site do MST. 05/11/2015 .....	11
<b>Brasil e UE afinam propostas sobre clima.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/11/2015 .....	13
<b>Comunidade Buriti do Atalho, em Mato Grosso, celebra a agroecologia em festa da semente.</b> Andrés Pasquis – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/11/2015 ....	14
<b>Assentados planejam produção de hortas orgânicas para os próximos anos no RS.</b> Catiana de Medeiros – Site do MST. 09/11/2015 .....	15
<b>SFB divulga novos números do CAR.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/11/2015 .....	16
<b>Mais vida e saúde com alimentos orgânicos.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/11/2015 .....	16
<b>Direito à alimentação saudável é tema de aula pública em Porto Alegre.</b> Leandro Molina – Site do MST. 13/11/2015 .....	18
<b>Por que o mercado de orgânicos ainda não deslanchou no Brasil?</b> Jean-Philip Struck– Site da Carta Capital, Economia. 16/11/2015 .....	19
<b>Sem Terra se desafiam a fortalecer a agroecologia na Costa do Dendê</b> – Site do MST. 16/11/2015.....	22
<b>Grupos paulistanos espalham hortas pela cidade.</b> Luiza Souto – O Globo, Sociedade. 17/11/2015.....	23
<b>No Pará, Sem Terra debatem produção agroecológica.</b> Viviane Brigida – Site do MST. 17/11/2015.....	24
<b>Povos tradicionais debatem cadastro ambiental.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/11/2015 .....	25
<b>Consulta pública do PNA tem prazo prorrogado.</b> Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/11/2015 .....	25
<b>Trabalhadores apontam os desafios da agroecologia na Bahia</b> – Site do MST. 19/11/2015.....	27
<b>Sistemas agroflorestais: o caminho para uma vida mais sustentável no sertão.</b> Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/11/2015.....	28

<b>Para ministra, nem desmatamento legal deveria existir mais no Brasil</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 21/11/2015 .....	29
<b>A mineração não é um bom negócio.</b> Raúl Zibechi – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 22/11/2015 .....	30
<b>Documento reúne relatos de sustentabilidade.</b> Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/11/2015 .....	34
<b>Agrotóxicos são do mal, sim!</b> Adilson D. Paschoal – Site do MST. 24/11/2015.....	36
<b>Mariana e a mercantilização do meio ambiente.</b> Paulo Kliass – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 25/11/2015 .....	38
<b>'Imposto verde' quer unir ação ambiental e competitividade.</b> Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 26/11/2015 .....	41
<b>Encontro discute o protagonismo das mulheres na produção orgânica de alimentos.</b> Catiana de Medeiros – Site do MST. 26/11/2015 .....	44
<b>A resistência da agroecologia no Pantanal.</b> Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 27/11/2015 .....	44
<b>Sem Terra apontam a agroecologia como modo de vida capaz de garantir a Soberania Alimentar</b> – Site do MST. 27/11/2015.....	47
<b>Educação pela lama: ambientalismo em tempos de polarização.</b> Rodrigo Nunes – Folha de São Paulo, Ilustríssima. 29/11/2015 .....	48
<b>A resistência da agroecologia no Pantanal.</b> Najjar Tubino – Site do MST. 30/11/2015 .....	51
<b>Vamos passar vergonha em Paris.</b> Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 30/11/2015 .....	54

## **Transgênicos: a estratégia da inovação de exterminadores e traidores. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 03/11/2015**

As sementes exterminadoras e traidoras agregam um mecanismo composto de vários transgenes que bloqueiam o seu uso, destruindo a biodiversidade mundial.

Trata-se de um caso histórico de dominação, via tecnologia, de um setor estratégico na vida das populações mundo afora – o das sementes. O assunto voltou à tona no Brasil, com a iniciativa do deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS), cuja profissão original é comerciante, de alterar a Lei de Biossegurança, de 2005, que proibiu o uso de tecnologias genéticas de restrição, GURT, na sigla em inglês. Na linguagem científica definem como variedades V-GURT ou T-GURT, que mundialmente ficou conhecida como semente exterminadora (terminator) e traidora (traitor). A primeira é programada para não reproduzir na segunda geração, portanto, uma semente estéril, e a outra, só reproduzirá se for induzida por um agente químico, lógico, o mesmo produzido pela empresa.

A mudança que a bancada ruralista pretende emplacar na Comissão de Agricultura é para tornar possível o uso das tecnologias em qualquer cultura onde o resultado é considerado benéfico. Mas essa iniciativa não é uma proposta solta no mercado, embora o Brasil seja o segundo país no plantio de transgênicos – soja, milho e algodão. A tecnologia de restrição foi criada na década de 1990, no auge do neoliberalismo. O governo dos Estados Unidos, por intermédio do Departamento de Agricultura, contratou o cientista inglês Melvin Oliver, para desenvolver um sistema de proteção de tecnologias inseridas em sementes, patenteadas em 1998, juntamente com outra ação da Delta & Pine Land, empresa posteriormente comprada pela Monsanto.

### **Movimentos sociais travaram os transgênicos**

Desde esta época os movimentos sociais de agricultores e agricultoras, agroecologistas e inúmeras associações de cientistas criticaram as patentes e a ação conseguiu barrar mundialmente a implantação das sementes manipuladas quimicamente. A ONU, na Convenção Quadro sobre Biodiversidade decretou a moratória internacional, inclusive de estudos de campo e pesquisas neste sentido. Em 2006, a Moratória foi novamente reforçada, porque durante este tempo as corporações agroquímicas continuaram tentando buscar alternativas para aprovar as sementes.

O Brasil é signatário da Convenção da Biodiversidade, porém, os Estados Unidos não são. E aqui começa a estratégia da dominação: a Monsanto lançou as sementes transgênicas no mercado e foi abrindo espaço nas regiões mais importantes do mundo, onde a produção de commodities domina o cenário. No caso, a soja. Primeiro nos Estados Unidos, depois Argentina, posteriormente no Brasil, via sementes contrabandeadas no Rio Grande do Sul. Mas o que aconteceu: os integrantes do agronegócio não são muito afeitos a cumprir regras de mercado, ou leis de proteção de qualquer tipo, e passaram a replantar as sementes transgênicas. A ponto de, em 2015, 30% do mercado de sementes ser considerado “pirata” no Brasil – prejuízo de R\$200 milhões para a Monsanto – e 70% na Argentina.

### **A velha trilha da dominação dos Estados Unidos**

Então, o governo dos Estados Unidos, seguindo a trilha da dominação do planeta, pretendia criar um mecanismo de defesa para as corporações, que então não seriam roubadas em territórios inóspitos do terceiro mundo. As sementes exterminadoras e

traidoras agregam um mecanismo composto de vários transgenes que bloqueiam o seu uso. É o paraíso do mercado livre e da destruição da biodiversidade mundial e dos agricultores, agricultoras e trabalhadores e trabalhadoras que tiram da terra o sustento e ainda comercializam o excedente sem venenos ou transgênicos. Esta conclusão simplória é divulgada no Brasil pela Comissão de Informações sobre Biotecnologia, uma plataforma criada pelas corporações transnacionais no Brasil:

“- O desenvolvimento de uma nova variedade vegetal envolve muito capital e exige grandes investimentos financeiros. É, pois, essencial para as empresas de biotecnologia obter retorno de seus investimentos. Os mecanismos legais vigentes – patentes e contratos de uso de tecnologia – criados para gerar tal retorno não garantem proteção completa, uma vez que não tem validade em todo o mundo. Com essa tecnologia podem-se substituir os meios legais por meios técnicos. Os GURTs são mais eficientes e menos limitados por restrições de tempo e lugar, do que a proteção conferida por direitos de propriedade intelectual”, diz o texto explicativo sobre o assunto.

Fazer o país quebrar a Moratória Internacional

Mas no Brasil o caso se tornou acintoso, no sentido de levar o país a quebrar uma Moratória Internacional, e trair a sua origem e futuro, como continente com a maior biodiversidade do planeta. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) encomendou um estudo para a Harvard Business Review Analytic Services chamado “Bioeconomia – uma agenda para o Brasil”, que contempla o período 2013-2022. Na introdução os redatores da bilionária universidade estadunidense explicam que o código da vida está começando a permear, alterar e a impulsionar cada vez mais áreas da economia:

“- É importante que a América Latina compreenda, adote e se adapte e passe a ter um papel de liderança nessas mudanças, da mesma forma como fizeram décadas atrás países como Taiwan, Cingapura, a Coreia e parte da Índia com o emergente código digital. O nacionalismo genético tem pouco futuro num mundo conectado em rede”.

E decreta, sem meios termos: “as políticas que visam manter os dados da biosfera brasileira como ‘patrimônio exclusivo’ é um suicídio, pois os meios de comunicação global dificilmente permitirão isso”.

Estudo da Harvard Business para a Confederação das Indústrias

O estudo detalha todas as providências que precisam ser adotadas para que o Brasil se torne um mercado livre para transnacionais agroquímicas ou do setor de fármacos, ou qualquer outro biopirata globalizado. Entre elas a Lei de Biossegurança, que no primeiro momento liberou os transgênicos, mas travou os exterminadores e traidores. Diz o texto da CNI-Harvard Business Review:

“- Rever a proibição das tecnologias genéticas de restrição de uso, uma vez que estas tecnologias constituem uma importante ferramenta biotecnológica para o controle do fluxo gênico (escape) de culturas transgênicas, que poderão ser utilizadas como biofábricas.”

Mais providências: “atualizar a Lei de Propriedade Industrial – lei 9279- para ampliar a proteção patentória para produtos biotecnológicos, permitindo inclusive o patenteamento de substâncias ou materiais extraídos de seres vivos e que atendam aos requisitos de patentabilidade”. Por fim, alterar a lei de Cultivares – lei 9.456 –“ para ampliar a abrangência de proteção de cultivares para qualquer gênero e espécie vegetal, que seja cumulativamente, distinta, homogênea e estável”.

Nem o direito internacional protege as manipuladas

O recado final é para “envolver a sociedade na construção de legislação e sensibilizar os legisladores quanto à natureza e a segurança dos processos e produtos biotecnológicos”. A CNI poderia ter economizado alguns milhões, que deve ter custado o estudo, e copiar logo a proposta da Monsanto, Syngenta e Dupont, que falam claramente sobre isso – as três dominam o mercado mundial de sementes transgênicas. A mudança na lei de cultivares também é parte da estratégia de dominação: o organismo que cuida desta questão é a União para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV). Para registrar uma nova semente ela precisa ser distinta, homogênea, estável e nova. Ou seja, nem o direito internacional dá guarida à manipulação das sementes transgênicas.

Para ampliar a argumentação desta estratégia de dominação vamos citar a tese de doutorado da pesquisadora Rafaela di Sabato Guerrante, defendida na Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela trabalha no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que faz o registro de patentes no país, e é a coordenadora em Pesquisa e Inovação em Propriedade Industrial. O título da tese é “Estratégia de inovação e tecnologia em sementes”, e analisa o caso da Monsanto. Rafaela Guerrante defende a inovação das empresas, embora registre todos os aspectos da questão, incluindo os impactos negativos. Porém, o principal, é a pesquisa que realizou em 1.224 patentes da Monsanto registradas em todo o mundo, para tentar traçar a estratégia da corporação sobre tecnologias de restrição genética.

Pesquisadora encontrou quatro patentes da Monsanto

Em 1999, a Monsanto se comprometeu a não produzir sementes exterminadoras ou traidoras. Rafaela Guerrante encontrou quatro patentes nos Estados Unidos, uma delas via mecanismo de registro internacional. Ela explica:

“- Nos Estados Unidos não há proibição legal para as tecnologias de restrição e as leis que regem o tema são extremamente permissivas, no que diz respeito à proteção de plantas transgênicas por patentes. Uma das patentes descreve: o controle da germinação de sementes pode se dar pela redução no crescimento da planta, pela diminuição do seu vigor, pela emergência retardada, pela germinação não uniforme, pela redução de viabilidade do pólen, pela redução na taxa de germinação, e em casos extremos pela inibição da capacidade germinativa da semente”. Patente de número WO9744465.

No documento também está registrado: pode ser aplicada a qualquer planta, célula de planta ou semente – das culturas de cevada, canola, milho, algodão, aveia, ervilha, amendoim, arroz, sorgo, soja, cana-de-açúcar e trigo. A fertilidade da semente pode ser restaurada com a aplicação de um indutor químico, normalmente produzido pela própria empresa – ou seja, o glifosato.

Em 2004, outra patente US 6, 723, 897 pela Monsanto – cinco anos após a Moratória Internacional. No entanto, a inserção de tecnologias de restrição em cultivares da empresa já registradas não consta, o que parece denotar que o estágio de desenvolvimento das referidas tecnologias ainda é baixo. Mas ela também alerta “caso não haja provas de que as sementes transgênicas contendo estas tecnologias são danosas ao meio ambiente ou à alimentação humana ou animal, será difícil impedir a introdução desses no mercado com base em seus aspectos de biossegurança”.

Riscos de esterilizar plantas nativas e silvestres

A essência da estratégia de dominação dos Estados Unidos e suas corporações – envolvendo também europeus – é não depender de códigos ou legislações nacionais ou internacionais para defender o que implantaram no mercado de alimentos mundial. As patentes têm validade de 20 anos e a manipulação química das sementes transgênicas podem durar até a eternidade. “É a substituição aos sistemas legais de proteção de propriedade intelectual hoje em vigor no mundo!”, como registra Rafaela Guerrante.

Os riscos de esterilizar plantas nativas e silvestres dos ecossistemas globais faz parte desse contexto. A sobrevivência de bilhões de pessoas que dependem de suas sementes crioulas para produzir alimento também. Porém, mais do que tudo isso, está o delírio de uniformizar o planeta, de controlar o alimento de cada um, de embolsar todo o dinheiro possível para os acionistas das corporações e também destruir países inimigos, ou projetos concorrentes. As tecnologias de restrição genética na verdade, se viabilizadas no mundo, podem se tornar uma arma química.

---

### **OCDE destaca política ambiental do Brasil. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/11/2015**

*Relatório aponta combate ao desmatamento e às mudanças climáticas como principais resultados em território nacional*

O combate ao desmatamento e a redução das emissões de carbono foram reconhecidos como destaques da política ambiental do Brasil. Divulgado nesta quarta-feira (04/11), em Brasília, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconhece que, para isso, o País duplicou as áreas protegidas e aumentou a participação de fontes renováveis de energia, o que mantém baixo o nível de carbono na economia.

Os resultados decorrem do alinhamento da agenda ambiental com a econômica. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ressaltou que a prioridade é promover mudanças estruturais nos modelos produtivos em território nacional. “Há um grande diálogo com as políticas fiscais e econômicas no País”, justificou. Segundo ela, a intenção é estimular o valor de manter a floresta em pé. “É preciso reconhecer os ativos florestais”, defendeu.

#### **TERRITÓRIO**

Além de recomendações, a Avaliação da OCDE do Desempenho Ambiental do Brasil mostra que, nos últimos 15 anos, o País mais do que dobrou a extensão de áreas terrestres protegidas. Em março de 2015, foram contabilizadas 1,9 mil unidades de conservação, o que correspondem a 17,2% do território brasileiro. Além disso, segundo o relatório, as áreas indígenas cobrem 13% do território nacional e ficam, em grande parte, na Região Amazônica.

Quase dois terços da área protegida se encontram em categorias de uso sustentável. O dado representa o objetivo brasileiro de aliar a conservação da biodiversidade ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. De acordo com Izabella, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) é o principal responsável pelos resultados. Classificado como o maior projeto do tipo do mundo, o Arpa começou em 2002 e já está na terceira fase.

#### **ENERGIA**



A participação das hidrelétricas e dos biocombustíveis na matriz energética do País foi apontada pela OCDE como ações essenciais para garantir a sustentabilidade. “A questão ambiental é uma realidade na economia brasileira”, declarou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. “Isso é consequência do esforço de colocar o combate ao desmatamento em outras agendas do governo”, acrescentou o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría.

Os dados colocam o Brasil em posição de liderança frente à comunidade internacional, que decidirá, em dezembro, o futuro regime climático. Nas duas primeiras semanas de dezembro, os 193 signatários da Convenção de Clima das Nações Unidas participarão da 21ª Conferência das Partes (COP 21), em Paris. O objetivo é validar um acordo global de corte de emissões capaz de limitar o aumento da temperatura da Terra a até 2°C.

---

### **Dilma institui Pacto Nacional pela Alimentação Saudável. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 04/11/2015**

BRASÍLIA - Como parte de uma agenda mais ampla do governo para estimular a agricultura orgânica e desestimular o uso de agrotóxicos em lavouras do país, a presidente Dilma Rousseff e mais três ministros assinaram hoje um decreto que institui o Plano Nacional pela Alimentação Saudável. O plano prevê contudo um conjunto de intenções sem regras específicas que seriam adotadas para alcançar os principais objetivos.

Publicado na edição de hoje do “Diário Oficial da União”, o plano tem como objetivo geral ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população, “com destaque aos provenientes da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade”.

Entres as principais intenções do Plano estão a de reduzir o uso de agrotóxicos e induzir modelos de produção de alimentos agroecológicos; fomentar a educação alimentar e nutricional nos serviços de saúde, de educação e de assistência social; promover hábitos alimentares saudáveis para a população brasileira; reduzir de forma progressiva os teores de açúcar adicionado, de gorduras e de sódio nos alimentos processados e ultraprocessados; e fortalecer as políticas de comercialização e de abastecimento da agricultura familiar.

Em outra frente, a própria presidente deve lançar nos próximos dias o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com outros ministérios para tentar desestimular progressivamente o uso de defensivos em lavouras agrícolas.

---

### **Pela redução no uso de agrotóxicos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 04/11/2015**

É dever do Estado brasileiro enfrentar a situação, vergonhosa, que faz com que o Brasil seja, desde 2008, o país no qual mais se consome agrotóxicos no mundo.

Com o objetivo de criar políticas públicas que induzam uma crescente redução no uso de agrotóxicos e a promoção da agricultura de base agroecológica foi elaborado, no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o



## PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS – PRONARA.

Resultado de rigoroso trabalho de diversos especialistas, vinculados a instituições de pesquisa e ensino, órgãos do governo e organizações da sociedade civil, o texto do PRONARA foi aprovado na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) em agosto de 2014 - à ocasião com previsão de lançamento oficial pelo governo brasileiro em três meses.

Passado mais de um ano o PRONARA não foi formalmente instituído.

Não é possível esperar mais.

Queremos o PRONARA JÁ!

Exigimos o lançamento do PRONARA esta semana, durante a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional!

---

### **Movimentos criticam recuo do governo sobre o Programa de Redução de Agrotóxicos – Site do MST. 04/11/2015**

*Durante a Marcha das Margaridas, em agosto, a presidenta Dilma havia se comprometido com o lançamento do Pronara. Diversas organizações tinham a expectativa de ele seria lançado nesta terça-feira, o que não ocorreu*

Da Página do MST

Os cerca de 2.300 delegados que participam da 5º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília, tiveram suas expectativas frustradas com o não lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

Durante a Marcha das Margaridas, em agosto, a presidenta Dilma Rousseff havia se comprometido publicamente com o lançamento do Pronara. Diversas organizações tinham a expectativa de que a presidenta lançasse o programa nesta terça-feira (3), durante a abertura da 5º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o que não ocorreu.

Na moção de repúdio lançado pelos participantes, o texto alega a urgente necessidade de se lançar o programa, já que o país está em primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, sendo que nos últimos 10 anos o crescimento nacional do uso destas substâncias foi de 190%, enquanto no mercado internacional foi de 93%.

A carta diz que os agrotóxicos servem “aos interesses do agronegócio e transnacionais associadas, controladoras dos mercados de sementes, commodities, venenos e fármacos, ameaçam a saúde a segurança e a soberania alimentar de nosso povo”.

E lembram que o Instituto Nacional do Câncer (INCA), “em seu recente posicionamento sobre o impacto dos agrotóxicos, entre os efeitos da exposição crônica destacam-se infertilidade, câncer, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal e efeitos sobre o sistema imunológico”.

Confira a moção de repúdio que deverá ser aprovada ao final da conferência:

Moção de Repúdio ao não Lançamento do Pronara na 5º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento em 190% (Anvisa). Atualmente 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos (Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde).

Esta situação alarmante resulta do uso de exagerado (7,3 litros de agrotóxicos por habitante ano ) de diversas substâncias utilizadas na agricultura e no controle de vetores urbanos. Chamadas genericamente de Agrotóxicos, possuem uma característica: são biocidas.

Em sua maioria agem de forma insidiosa impactando gravemente sobre a saúde da população e do ambiente. Servindo aos interesses do agronegócio e transnacionais associadas, controladoras dos mercados de sementes, commodities, venenos e fármacos, ameaçam a saúde a segurança e a soberania alimentar de nosso povo .

Como demonstra o Instituto Nacional do Câncer - INCA (2015) em seu recente posicionamento sobre o impacto dos agrotóxicos, entre os efeitos da exposição crônica destacam-se infertilidade, câncer, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal e efeitos sobre o sistema imunológico .

Esta situação é inaceitável e pode ser revertida como demonstra o acúmulo evidências científicas e sociais sobre a demanda de comida de verdade, adequada e saudável, sem agrotóxicos e transgênicos, produzida de maneira respeitosa ao ambiente a cultura e a história dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses de base agroecológica.

Resultado da crescente participação social e da articulação com os movimentos sociais do campo e da cidade, foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Dentro dela, o PRONARA - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, se revela condição indispensável.

O PRONARA, que ainda aguarda a aprovação do governo, levará a redução dos agrotóxicos e a transição da matriz tecnológica dominante para sistemas sustentável de produção.

Em vista da relevância deste fato e dos prejuízos já causados pela demora, consideramos que:

O PRONARA deve ser lançado de imediato. Foi elaborado por 10 ministérios com apoio de dezenas de organizações da sociedade civil sendo o único Programa Intersetorial capaz de articular ações de controle, uso, planejamento e redução de Agrotóxicos na perspectiva de desmontar um modelo agrícola voltado para o agronegócio e fundar as bases para a produção sustentável, orgânica e agroecológica

A aprovação do PRONARA sinalizará compromisso político do Estado brasileiro em relação ao enfrentamento do uso e impactos causados pelos agrotóxicos

Entre os 50 princípios ativos mais usados no Brasil, 20 já foram proibidos em países de origem e muitos estão banidos internacionalmente em função de seus danos para a saúde humana. No Brasil apenas o PRONARA aponta como prioridade a suspensão do uso destes venenos.

O compromisso assumido pela Presidenta Dilma de apoio ao PRONARA, durante a Marcha das Margaridas (2015) e a expectativa criada pelo governo de lançar o Programa nesta V Conferência de SAN .

O PRONARA também está ameaçado pelo Projeto de lei que revoga a lei 7802 de 1989 sobre agrotóxicos e flexibiliza o sistema normativo de agrotóxicos , passando a responsabilidade de registro para uma Comissão Técnica Nacional de Fitosanitários, mantendo o MAPA no controle exclusivo sobre este tema tão importante para a saúde pública segurança alimentar e soberania nacional.

Sendo assim, frente a estas ameaças, os dois mil e trezentos delegados, convidados e participantes da V Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apresentam ao Governo e a sociedade brasileira esta MOÇÃO DE REPÚDIO AO NÃO LANÇAMENTO DO PRONARA – PROGRAMA DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL NA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

---

### **Juventude Sem Terra se compromete com a produção de alimentos saudáveis. Catiana de Medeiros – Site do MST. 05/11/2015**

*Carta que traz compromissos assumidos por jovens do MST foi elaborada no Acampamento Estadual da Juventude Sem Terra, no RS*

Da Página do MST

Jovens Sem Terra do Rio Grande do Sul assumiram compromissos no Acampamento Estadual da Juventude Sem Terra, realizado de 29 de outubro a 1º de novembro, no Assentamento Novo Sarandi, em Sarandi, na região Norte do estado.

Os acampados e filhos de assentados se comprometeram a lutar contra o capital e o agronegócio, alegando que ambos somente têm interesses na exploração dos trabalhadores e no lucro.

“O agronegócio não produz alimento, ele produz desigualdades, e tem como objetivo produção de mercadoria, visa uma agricultura sem a necessidade do agricultor e agricultora, expulsando a juventude do campo”, diz trecho da carta.

Além disso, a juventude também reafirma a continuidade da luta pela terra, a Reforma Agrária Popular e a produção de alimentos saudáveis. Segundo ela, “a reforma agrária proporciona a produção de alimentos de qualidade, devolvendo à população o direito de se alimentar e cumprindo assim a função social da terra, que é produzir alimento”.

O Acampamento Estadual da Juventude reuniu centenas de jovens do RS e representações de Santa Catarina, Paraná e outros países. O evento contou com oficinas, atividades culturais, maratona, jornada internacionalista e várias mesas de debates.

Confira abaixo a íntegra da carta:

#### **CARTA DA JUVENTUDE SEM TERRA**

“Somos filhos e filhas de uma história de luta”

Nós, juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA, estivemos reunidos de 29 de outubro a 01 de novembro de 2015, no Acampamento Estadual da Juventude Sem Terra; contamos com a participação de mais de seiscentos jovens de

diversas organizações sociais do campo e da cidade, também contamos com a presença de 23 organizações sociais de 12 países. Junto ao acampamento aconteceu a comemoração dos trinta anos de ocupação da Fazenda Annoni, essa ocupação é um marco da luta pela terra no Brasil.

Como filhos e filhas de uma história de luta, afirmamos que:

Só a luta do povo organizado em movimento fará as mudanças;

Afirmamos que são necessárias mudanças estruturais na sociedade brasileira, no seu modo de produção e sua matriz tecnológica, no modo de organização e participação do povo nas decisões;

O agronegócio não produz alimento, ele produz desigualdades, e tem como objetivo produção de mercadoria; visa uma agricultura sem a necessidade do agricultor e agricultora, expulsando a juventude do campo;

A reforma agrária é o caminho. Ela proporciona a produção de alimentos de qualidade devolvendo a população o direito de se alimentar e cumprindo assim a função social da terra que é produzir alimento.

Compromissos

Lutar contra o capital e o agronegócio, por esses ter só interesse na exploração dos trabalhadores, e no lucro;

Continuar a luta pela terra e pela reforma agrária popular e a produção de alimentos de qualidade e livre de agrotóxicos para toda a sociedade;

Cultivar os valores e princípios humanistas e Socialistas, pois esses são norteadores da construção na prática de nossos objetivos no dia a dia;

Apropriar-se das técnicas da Agitação e propaganda como ferramenta de luta. Fazer a luta internacionalista com o objetivo de somar forças no combate ao imperialismo;

Lutar por uma Educação de qualidade para todos e todas, que permitam a emancipação humana;

Fortalecer a unidade e articulação entre os movimentos do campo e da cidade.

Lutar contra todas as formas de injustiça cometida aos seres humanos;

Organizar a juventude nas nossas bases sociais, fortalecendo os grupos coletivos;

Denunciar toda a forma de opressão cometida, contra os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade;

Lutar contra todas as formas de preconceito; homofobia, machismo, racismo....

Denunciar a mídia burguesa, e todos os tipos de meios de comunicação ditatoriais, que nos padronizam, nos enganam, mentem e nos alienam perante a sociedade;

Acreditamos no poder e força da juventude na continuidade da luta por uma sociedade mais justa e igualitária;

Seguimos animados na luta, enquanto houver injustiças cometidas contra os seres humanos, estaremos lutando.

Somos lutadores e lutadoras, construtores e construtoras da nova sociedade

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular

Sarandi, RS, 01 de novembro de 2015

---

### **Brasil e UE afinam propostas sobre clima. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/11/2015**

*Encontro no Rio, preparatório para COP 21, debate questões ligadas à redução de emissões de gases de efeito estufa a nível internacional*

O Brasil e a União Europeia fizeram os preparativos finais para a Cúpula das Nações Unidas que definirá o futuro acordo para frear o aquecimento global. Termina nesta sexta-feira (06/11), no Rio de Janeiro, o evento Mudanças Climáticas, Somos Todos Responsáveis, que reuniu especialistas e gestores de diversas nacionalidades para discutir questões ligadas à redução de emissões de gases de efeito estufa a nível internacional.

O encontro antecede a 21ª Conferência das Partes (COP 21), marcada para ocorrer em Paris nas duas primeiras semanas de dezembro próximo. Na Cúpula, representantes dos 193 países signatários da Convenção de Clima das Nações Unidas negociarão um acordo com metas distintas de corte de emissões nos próprios territórios. Juntas, precisam conseguir limitar o aumento da temperatura média global da Terra a até 2°C.

#### **AMBIÇÃO**

A contribuição brasileira para o futuro acordo vale para todos os setores da economia. Anunciada em setembro, a meta é reduzir 37% das emissões de carbono até 2025 e 43%, até 2030. Ambas são comparadas aos índices de 2005. “O Brasil é o único país que, em 40 anos, vai aumentar a população, crescer, se desenvolver e emitir menos do que emitia antes”, declarou a ministra. “Construir isso não é trivial e essa é a nossa ambição.”?

O novo acordo deve começar a valer em 2020. A negociação dos detalhes do instrumento, no entanto, inclui pontos delicados e promete dias e noites exaustivas na plenária da COP 21. “Uma das questões é a diferenciação: alguns países têm que fazer mais e outros têm que fazer muito mais”, explicou Izabella Teixeira. Segundo ela, também é necessário definir como será o período de transição para o chamado novo regime climático.

#### **NOVOS CAMINHOS**

Considerada robusta pelos especialistas, a meta brasileira se soma a outros compromissos já em curso. Com os Estados Unidos, o Brasil assinou declaração para renovação da matriz energética e restauração de 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Com a Alemanha, firmou pacto para “descarbonização” das economias. “O debate não é mais sobre o problema, é sobre como trilhar novos caminhos”, ressaltou Izabella.

Para atingir os objetivos, a ministra frisou a necessidade de engajamento de todas as esferas de governo. “É preciso haver o engajamento dos Estados com na agenda ambiental”, afirmou. “Os órgãos estaduais têm de mostrar, com transparência, a capacidade de trabalhar questões como a supressão de vegetação.”

---

### **Comunidade Buriti do Atalho, em Mato Grosso, celebra a agroecologia em festa da semente. Andrés Pasquis – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/11/2015**

“A pesar da seca e das cercas, o Cerrado ainda floresce”, foi o lema das festas de trocas de sementes organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o apoio de organizações e comunidades parceiras. É nesse contexto que a comunidade tradicional Buriti do Atalho celebrou, no dia 24 de outubro, a IV Festa da Troca de Sementes Crioulas do município de Nossa Senhora do Livramento, a 50 km de Cuiabá, Mato Grosso.

“As festas da semente sempre foram feitas em mutirão, reunindo as comunidades e famílias para derrubar barreiras, abrir caminhos e encontrar alternativas aos problemas enfrentados”, conta Irmã Vera, coordenadora estadual da CPT. Com o objetivo de preservar a cultura, a tradição e a vida através da difusão de conhecimentos históricos e de sementes crioulas, agricultores familiares e comunidades tradicionais se organizam para fortalecer a agroecologia e lutar contra o sistema imposto pelo agronegócio, com suas monoculturas e agrotóxicos. As festas da semente são um exemplo disso, explicou a Irmã.

Nesse sentido, Carlos Roberto da Costa, prefeito de Livramento presente durante a celebração, declarou que eventos como esse são muito importantes, já que as trocas de sementes sempre existiram entre pequenos agricultores como base de organização social. O prefeito explicou que a agricultura familiar, além de ajudar a manter tradição e cultura, permite melhorar a qualidade das sementes, sendo uma alternativa, sem agrotóxicos, elemento importantíssimo dado o avanço da soja no Mato grosso. “Porém, os pequenos agricultores do nosso município ainda enfrentam grandes dificuldades, como a falta de assistência e orientação técnica. A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - Empaer, só consegue disponibilizar dois técnicos para cerca de 30 comunidades. Desse jeito é difícil se adaptar e lutar contra grandes ameaças como o avanço da sojicultura”, disse Carlos.

Francileia Paula de Castro, técnica da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase e representante estadual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, explicou que a alternativa é a agroecologia e a valorização dos conhecimentos tradicionais. “Cada semente, cada muda, têm sua história e seus conhecimentos. Elas não passam só por trocas, mas por pessoas, famílias, lares e comunidades, levando com elas toda essa sabedoria”, disse Francileia. Durante a festa, a técnica da Fase incitou os agricultores a cadastrar suas sementes no Banco de Informações de Sementes Tradicionais – BIS, um registro cujo objetivo é facilitar a troca e disseminação de sementes e mudas crioulas, fortalecendo a agroecologia.

Além de vários produtos derivados da agricultura familiar, como doces, sucos, pães, farinhas e castanhas, os participantes também puderam desfrutar de danças e ritmos como Carimbo e Cururú. Por outro lado, somando-se às atividades culturais, foram organizados debates e cinco oficinas educativas: ‘Agroecologia, inseticidas e biofertilizantes naturais’, ‘Brincando e reciclando’, ‘Cuidado da água e da vida’, ‘É ou não é semente crioula?’ e ‘Saúde e plantas medicinais do Cerrado’. O dia finalizou com



o momento mais esperado, a ‘Feira de Roças e Quintais’, onde foram trocadas, sorteadas e presenteadas sementes e mudas variadas.

“Estas festas nós dão a resistência e a força que estão na terra. A resistência para continuarmos protegendo nossas tradições e a força para seguir lutando contra o avanço da soja e dos agrotóxicos”, concluiu a Irmã Vera.

A V Festa da Troca de Sementes Crioulas do município de Nossa Senhora do Livramento já está prevista para o mês de setembro 2016, na comunidade Campina de Cima.

---

### **Assentados planejam produção de hortas orgânicas para os próximos anos no RS. Catiana de Medeiros – Site do MST. 09/11/2015**

*Grupo gestor discutiu a melhoria da qualidade dos alimentos e a inserção de mais famílias nesse tipo de cultivo.*

Da Página do MST

Cerca de 80 assentados e assentadas da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul participaram da reunião do Grupo Gestor das Hortas, Frutas e Plantas Medicinais da região Metropolitana de Porto Alegre, na última quinta-feira (5).

A atividade aconteceu no Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, e envolveu coordenadores da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec) e produtores dos municípios de Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Viamão e Encruzilhada do Sul.

Além da avaliação dos últimos dois anos e o planejamento da produção para o próximo período, os agricultores discutiram a comercialização por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e em feiras; certificação orgânica OPAC e OCS-Coceargs; organização da produção em cooperativismo e manejo.

Os assentados e assentadas também socializaram experimentos naturais que realizam em suas hortas e que contribuem para a qualidade do solo e dos alimentos, como o uso de pó de rocha e casca de arroz, entre outras iniciativas agroecológicas.

Para este últimos dois anos, o grupo gestor tinha estabelecido como meta potencializar a diversificação de alimentos livres de agrotóxicos, a fim de garantir o autossustento das famílias e renda através da comercialização em feiras, PAA e PNAE, assim como a produção de mudas, sementes e adubos orgânicos.

Também estava entre os objetivos para 2014 e 2015 o avanço na agroindustrialização e o aumento de 20% de famílias da região Metropolitana nos grupos de hortas e em programas de comercialização. Hoje, há cerca de 400 famílias vinculadas ao PAA e ainda este ano deve ser inaugurada uma agroindústria vegetal em Nova Santa Rita.

“Nossa avaliação é positiva em relação ao que foi proposto e o que nós conseguimos construir. Aumentou a participação das famílias no cultivo, principalmente de alguns assentamentos que não estavam incluídos em programas de apoio à comercialização. Com todas as conquistas, ainda há espaços para avançar através da nossa organização coletiva na produção. Estamos no caminho certo”, declara o dirigente estadual do MST, Valcir de Oliveria.



Novas metas

Para tornar cada vez mais viável a participação das famílias na produção de hortas orgânicas, o Grupo Gestor das Hortas, Frutas e Plantas Medicinais já iniciou o planejamento da produção para os próximos dois anos.

Na reunião de ontem, os agricultores discutiram em grupos alternativas que podem ser implantadas para melhorar a qualidade dos alimentos orgânicos e aumentar a inserção de famílias nesse tipo de produção.

“As famílias têm interesse em continuar no cultivo e estamos trabalhando para dar um salto na comercialização e qualidade dos nossos produtos. Para isso, temos o desafio permanente de fazer com que a agroecologia não seja apenas uma questão de renda, mas também um modelo de vida dos assentados e assentadas da reforma agrária”, explica o coordenador do grupo gestor, Marcos Santos.

Nos próximos dias, agricultores e representantes da Cooperativa dos Trabalhadores de Assentamentos da Região de Porto Alegre (Cootap), Emater/RS e Coptec irão sistematizar os apontamentos feitos pelos assentados e assentadas e projetar metas e ações a serem executadas nos anos de 2016 e 2017.

---

### **SFB divulga novos números do CAR. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/11/2015**

*A partir de setembro, verifica-se incremento mensal de mais de 5 milhões de hectares cadastrados*

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) divulgou, na tarde desta terça-feira (10/11), o boletim informativo do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do mês de outubro. Os dados mostram que o crescimento da área cadastrada anda constante, tendo chegado a 244,67 milhões de hectares em 31 de outubro, o que representa 61,5% da meta em todo o Brasil.

“Desde setembro, temos verificado um aumento de mais de 5 milhões de hectares por mês”, destacou o diretor de Fomento e Inclusão Florestal do SFB, Carlos Eduardo Sturm. “Isso demonstra uma constância no cadastro, mas acreditamos que, com a aproximação do final do prazo em 5 de maio de 2016, esse ritmo aumente.”

#### **MAIS NÚMEROS**

Até o final do mês passado foram cadastrados mais de 2 milhões de imóveis rurais. As informações correspondem à soma dos dados do SiCAR; dos sistemas estaduais do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará e São Paulo; e dos assentamentos da reforma agrária.

O Cadastro Ambiental Rural é uma importante ferramenta de gestão ambiental. O SFB disponibiliza regularmente documentos sobre o andamento desta política, com um panorama da situação nacional. em dezembro, o SFB divulgará o boletim do último trimestre do ano com mais informações. O SFB é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

---

### **Mais vida e saúde com alimentos orgânicos. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/11/2015**

## *Boas práticas ajudam no manejo da terra e reforçam o papel ambiental e social de uma agricultura sem agrotóxicos*

Couve, cenoura, banana, brócolis, pimentão, mato, laranja, vagem, salsinha, berinjela, mato, couve-flor, manga, cebolinha, cebola, abobrinha, nirá, mexerica, mato, batata, hortelã, melão, jiló, menta, alho-poró, mato, ervilha torta e galinhas para “postura” (só para colocar ovos). Tudo isso junto e misturado. Assim é a cultura de consórcio praticada pelos agricultores do Assentamento Colônia I, que comercializam orgânicos em frente ao Ministério do Meio Ambiente e em outros locais de Brasília há 13 anos. O mercado de orgânicos cresce 20% ao ano no Distrito Federal, segundo dados atuais da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan).

“Aqui fazemos o manejo da terra, não precisa capinar tudo, deixar tudo limpinho. Fazemos um controle natural. O mato ajuda a equilibrar, a despistar os insetos”, conta o agricultor José Vitorino Barros, 54, um dos oito produtores do Colônia I. “A ideia nossa é produzir qualidade de vida. O segredo é: quanto mais você olha, mais bonito fica”, revela.

### CULTIVO ORGÂNICO

O amor à terra vai aliado a muita prática, conhecimento e manejo. Hoje, o solo ácido do Cerrado, no entorno de Brazlândia (DF), a 65 km da capital federal, se tornou uma terra trabalhada onde tudo dá. “Quando eu era do convencional, 20 anos atrás, o que eu vendia deixava na agropecuária para comprar sementes e aditivos químicos”, explica Vitorino sobre a dependência de agrotóxicos que a agricultura convencional gera nos agricultores.

Orientado por profissionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) e professores da Universidade de Brasília (UnB), o grupo de agricultores vem aprimorando, ao longo dos anos, o cultivo orgânico.

“Antes uma folha de couve furadinha do que recheada de veneno” é a máxima de José Vitorino. A água que irriga a plantação, diariamente, vem de um poço artesiano de 130 metros, cavado por meio de uma “venda solidária”. O agricultor explica: “Meu filho, Wátala, teve a ideia de uma venda antecipada para nossos clientes. Cada um colaborou com o que pôde, 100, 200, até 500 reais. Em 90 dias, devolvemos o dinheiro em produtos e, quando o poço ficou pronto, fizemos um almoço para eles”.

### QUALIDADE

Anualmente, os agricultores do Assentamento Colônia I produzem 40 variedades de verduras e frutas, sendo 25 semanais, além de bolos, biscoitos e queijos feitos pelas mulheres da Associação dos Produtores do Projeto Colônia 1 (APPC). O que cada um produz é vendido por todos. Levantam uma média de R\$ 1,5 mil por feira. “Dá para ter qualidade de vida, não para enricar”, comenta Wátala José dos Santos.

A APPC surgiu em 1996, com 24 famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária do Incra. Hoje, oito dessas famílias trabalham com a produção de orgânicos. A APPC é considerada uma instituição importante para a concretização das propostas de desenvolvimento e proteção ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago Descoberto.

### PERIGO

Desde 2008, o Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos. Ainda hoje pulverizados por via aérea nas plantações no país (prática proibida na Europa), os pesticidas afetam negativamente tanto os seres humanos, gerando desde alergias a câncer, como o meio ambiente. A alarmante extinção das abelhas, responsáveis pela polinização de diversas espécies de plantas, é umas das graves consequências. O veneno também penetra no lençol freático e contamina as águas. E assim por diante.

A produção orgânica tem crescido no país com o aumento da demanda. Consumidores conscientes dos benefícios à saúde e ao meio ambiente se multiplicam, assim como os produtores. Atento a essa demanda social, o governo criou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e, em 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

## AGROECOLOGIA

“O Planapo é, também, um reconhecimento da viabilidade econômica, social e ambiental da agroecologia e da produção orgânica. Já iniciamos a elaboração da sua segunda fase”, destacou a gerente de Políticas Agroambientais da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Roseli Bueno de Andrade.

Em fase de conclusão, o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxico (Pronara), parte do Planapo, foi aprovado em 2014 pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Trata-se de uma comissão paritária, composta por membros do governo e da sociedade civil.

Com foco na produção saudável de comida, na primeira semana de novembro, aconteceu, em Brasília, a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou-se, no evento, a importância vital dos agricultores familiares, que produzem 70% dos alimentos consumidos no país.

## O QUE É PRODUTO ORGÂNICO

O alimento orgânico vegetal é aquele obtido sem a utilização de agrotóxicos, pesticidas, adubos químicos ou sementes transgênicas. O de origem animal deve ser produzido sem o uso de hormônios de crescimento, anabolizantes ou drogas, como antibióticos, que favoreçam o seu crescimento de forma não natural. Os orgânicos são considerados mais saborosos e saudáveis, além de terem alto teor de antioxidantes, vitaminas, minerais, fósforo, fibras e outros nutrientes que beneficiam o equilíbrio do organismo.

## ONDE ENCONTRAR

Sempre às quintas-feiras, das 6h às 13h, em frente ao Ministério do Meio Ambiente, no bloco B da Esplanada dos Ministérios; no MMA da 505 Norte; na entrada do ICC Norte, na UnB (também às terças-feiras); em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, bloco C da Esplanada dos Ministérios; e em frente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

---

**Direito à alimentação saudável é tema de aula pública em Porto Alegre. Leandro Molina – Site do MST. 13/11/2015**

*O evento é o primeiro em parceria da Frente Parlamentar com diversos movimentos sociais e entidades que estão unidos a partir do lançamento da Frente no Rio Grande do Sul*

## Da Página do MST

No próximo sábado (14), a Frente Parlamentar Gaúcha realiza uma aula pública em Defesa da Alimentação Saudável.

Temas como o direito dos consumidores, efeitos nocivos dos agrotóxicos para a saúde e meio ambiente serão tratados no encontro que contará com a presença de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST.

O evento é o primeiro em parceria da Frente Parlamentar com diversos movimentos sociais e entidades que estão unidos a partir do lançamento da Frente no Rio Grande do Sul, além de agricultores familiares, consumidores e apoiadores da iniciativa.

“O Brasil ocupa a triste posição de campeão mundial no consumo de veneno, nossa intenção é alertar os consumidores sobre esse perigo. Queremos que os alimentos representem a vida, e não a doença”, explica o coordenador da Frente Parlamentar, deputado estadual Edegar Pretto (PT). A aula pública é um contraponto aos inúmeros projetos de lei acolhidos no Congresso, como a retirada do alerta de alimento transgênico e outros que tentam acabar com leis consolidadas em defesa da vida, meio ambiente e alimentação saudável.

Você sabe o que está comendo?

- O Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos. Cada brasileiro consome em média 7,3 litros de veneno agrícola por ano. O RS tem índice superior ao nacional, e a média de consumo dos gaúchos sobe para 8,3 litros, conforme dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

- Hoje, há mais de duas mil formulações de agrotóxicos registradas nos ministérios da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente, sendo que dos 50 mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia.

- Estudos da Universidade Federal de Mato Grosso apontam a presença de substâncias de agrotóxicos em amostras de sangue humano, água, no leite materno e resíduos em alimentos consumidos pela população em geral.

### Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Alimentação Saudável

Lançada em agosto de 2015, a Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Alimentação Saudável, tem como objetivo ampliar o debate sobre o direito da população à alimentação segura e promover avanços na construção de políticas públicas de proteção aos consumidores e ao meio ambiente.

A palestra começa às 10h no monumento ao expedicionário do parque da Redenção, ao lado da feira agroecológica.

Após o evento será realizado o projeto Roda de Zamba especial, com show musical das bandas ZambaBen, Lili Fernandes, Chama Violeta, Eu, tu, eles, The Good Samaritans e Triathlon.

---

### **Por que o mercado de orgânicos ainda não deslanchou no Brasil? Jean-Philip Struck – Site da Carta Capital, Economia. 16/11/2015**

*Especialistas afirmam que há interesse dos consumidores e que futuro é promissor, mas setor esbarra numa série de dificuldades para os produtores*

O Brasil figura desde 2009 como o líder mundial no consumo de agrotóxicos. Na contramão dessa tendência, o mercado de alimentos orgânicos, que foca numa produção mais saudável, vem crescendo no país nos últimos anos.

O setor, no entanto, ainda enfrenta vários problemas, como dificuldades de logística, excesso de burocracia e carência de insumos.

Não há estatísticas oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre o volume de orgânicos produzidos e comercializados no país. Só estão disponíveis estimativas elaboradas com base em dados de associações de supermercados e de produtores, que não conseguem abranger todo o mercado.

Segundo o Organics Brasil, um programa ligado à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), uma das poucas organizações que compila esses dados, o mercado de orgânicos vem crescendo a uma taxa de quase 40% ao ano – um número bem superior às médias registradas nos Estados Unidos e na Alemanha, alguns dos maiores mercados de orgânicos do mundo.

Só que esse crescimento se dá sobre uma base que era bastante diminuta há até poucos anos. "A legislação nacional sobre orgânicos só foi regulamentada em 2011, o que só permitiu a entrada de muitas empresas e produtores há pouco tempo", afirma Ming Liu, coordenador executivo do Organics Brasil. "Nos EUA, a legislação já está em vigor desde 2000. Estamos mais de uma década atrás."

Segundo as estimativas do projeto, o mercado de orgânicos no Brasil teve receitas de 2 bilhões de reais em 2014, um número pouco expressivo diante dos 468 bilhões de todo o setor agropecuário no ano passado, e responde por apenas 0,4% do total produzido no país.

O volume ainda está bem atrás de mercados já tradicionais, como os EUA e a Alemanha, onde o setor responde por 4% a 5% do total produzido. Nos EUA, o maior mercado do mundo, os alimentos orgânicos geraram receitas de 35 bilhões de dólares em 2014.

#### Futuro promissor

No Brasil, o mercado de orgânicos ainda é uma iniciativa típica de pequenos agricultores e extrativistas familiares e de alguns poucos empresários ousados.

"Ainda não há nada parecido no país com grandes redes de orgânicos, como a Bio Company, na Alemanha, e a Whole Foods, nos EUA. Nós ainda estamos com o mercado em formação", afirma Sylvia Wachsner, coordenadora do Centro de Inteligência em Orgânicos da Sociedade Nacional de Agricultura. "Ainda assim, é possível ver que o mercado está crescendo por causa de algumas amostras, como as feiras livres de orgânicos, que vêm aumentando o faturamento", afirma.

O Mapa afirma que existem 11 mil agricultores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Já o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) calcula que haja mais de 400 feiras livres no país. Mesmo assim, não é possível saber exatamente qual foi o mercado total abocanhado por esses produtores e feirantes.

Para Lyu, é só uma questão de tempo para que grandes empresas entrem no mercado com força. "Já existem iniciativas nesse sentido. Gigantes do varejo, como Casino, Carrefour e Walmart, já oferecem centenas de produtos orgânicos para o consumidor brasileiro. Nas lojas do grupo Casino, por exemplo, os orgânicos já respondem por 1,5%

dos produtos comercializados. Outras empresas, como a Coca-Cola, já lançaram chá-mate orgânico", afirma.

Ambos os especialistas afirmam que, apesar de muitos problemas, o futuro dos orgânicos no Brasil é promissor. "O mercado de orgânicos no Brasil não está sendo empurrado por empresas que tentam vender um produto mais saudável, mas pelo consumidor que está mais preocupado com a sua saúde. As empresas tentam correr atrás. A demanda já está estabelecida, só falta uma cadeia produtora mais organizada", afirma Wachsner.

Entre os problemas da cadeia, além das típicas dificuldades de logística enfrentadas por todos os setores produtivos no Brasil, está a falta de insumos para a elaboração de produtos orgânicos de valor agregado, o que faz com que a oferta ao consumidor seja limitada aos produtos primários.

"Quem quer produzir chocolate orgânico, por exemplo, muitas vezes não consegue por meses obter cacau que se enquadre nas regras porque o cultivo ainda é muito pequeno", afirma Wachsner.

Para Ming, o setor em que a falta de insumos é mais evidente é a pecuária, pois a produção de carne e laticínios orgânicos é praticamente insignificante. "Poucos produtores brasileiros conseguem comprar com regularidade rações que não incluam sementes ou produtos geneticamente modificados. Muitas vezes, quando esse tipo de proteína vegetal está disponível, o agricultor prefere exportar o produto, provocando escassez para os empresários locais", afirma. "Nós temos uma demanda maior que a oferta."

#### Dificuldades também para exportar

Se o mercado interno de orgânicos ainda é tímido, o setor de exportações está ainda mais atrás, apesar da vocação brasileira para a exportação de alimentos.

De acordo com os dados da Organics Brasil, o país exportou 136 milhões de dólares em produtos orgânicos, como açúcar, castanhas e óleos vegetais, em 2014.

Segundo Liu, um dos principais problemas para as exportações é a falta de acordos entre o Brasil e outros países e blocos que normatizem as regras para a concessão do selo de produto orgânico.

A legislação brasileira regulamentada em 2011 fez com que o Brasil seguisse vários padrões praticados no exterior, mas também criou novos mecanismos.

Entre eles estão os chamados "sistemas participativos de garantia" e o "controle social para a venda direta sem certificação", que são mais baseados na confiança e na relação entre associações, produtores individuais e consumidores – e que dispensam a atuação sistemática de empresas certificadoras.

"Blocos como a União Europeia não querem nem ouvir falar disso, preferem as auditorias porque temem manipulação ou falsificação. Isso faz com que o exportador brasileiro tenha que procurar certificar seus produtos duas vezes, uma vez aqui e outra no exterior, o que encarece o produto, já que não há equivalência entre o selo brasileiro e os estrangeiros. Por isso o Brasil continua a exportar só orgânicos primários e não produtos de mais valor agregado, já que a certificação deles lá fora seria mais demorada", afirma Liu.



A falta de acordos também prejudica as importações. "Um supermercado que importar uma barrinha de cereal do exterior vai ter que procurar certificação para cada um dos ingredientes usados se quiser vendê-la como orgânica. É um processo longo e complicado. Algumas redes chegam ao ponto de retirar o selo estrangeiro de 'orgânico' dos seus rótulos para evitar a burocracia, mesmo que isso signifique frustrar consumidores que procuram os produtos", afirma.

---

## **Sem Terra se desafiam a fortalecer a agroecologia na Costa do Dendê – Site do MST. 16/11/2015**

*Além dos desafios das práticas agroecológicas, os sem terra debateram ainda o cenário político atual pontuando os avanços e limites encontrados na luta em defesa da Reforma Agrária na Bahia*

Por Coletivo de Comunicação do MST na Bahia

Da Página do MST

Cerca de 200 trabalhadores Sem Terra realizaram entre os dias 14 e 15/11 o Encontro da brigada Costa do Dendê, no Acampamento Marimbu, em Taperoá, no baixo sul baiano.

De acordo com Lucinéia Durães, da direção estadual do MST, o encontro cumpriu objetivo de continuar com o processo de formação das trabalhadoras e trabalhadores.

“Temos muitos desafios dentro de nossos assentamentos e acampamentos. Fortalecer as práticas agroecológicas, a fim de garantir avanços na produção de alimentos é o primeiro deles. Por isso, é necessário estudar”, destacou Durães.

Durante o encontro, os trabalhadores debateram o cenário político atual pontuando os avanços e limites encontrados na luta em defesa da Reforma Agrária na Bahia, tendo a educação do campo, a participação da juventude e as questões raciais como bases de estudo.

A mística e animação, trazendo os elementos da luta e da produção de alimentos saudáveis, norteou todo o encontro que culminou com um processo amplo de avaliação e com diversas projeções para o próximo ano.

Para a direção da brigada, o ano de 2015 foi estratégico para avançar na organicidade e na unidade política entre o campo e a cidade.

“Para o próximo ano queremos intensificar a produção de alimentos e fortalecer o nosso diálogo com a sociedade através das feiras da Reforma Agrária”, disse.

Costa do Dendê

A brigada Costa Dendê está localizada em uma região que possui uma diversidade de comunidades quilombolas e ribeirinhas. O MST possui sete assentamentos, com 400 famílias, e três acampamentos, com 150 famílias.

Nas áreas, as famílias produzem seringa, cacau, dendê, banana, hortaliças, verduras. Esta produção é vendida nas feiras locais e deslocadas para outras cidades.

“Com este grupo de trabalhadores que estão organizados e produzindo vamos intensificar as lutas e denunciar o latifúndio que ainda concentra um grande contingente de áreas improdutivas na região”, enfatizou os Sem Terra.

---



## **Grupos paulistanos espalham hortas pela cidade. Luiza Souto – O Globo, Sociedade. 17/11/2015**

SÃO PAULO - No meio do caminho da arquiteta e urbanista paulistana Dayana Araújo, de 29 anos, tinha um poste. E diante desse acontecimento, surgiu a ideia de enfeitá-lo com ervas e poesias. Reuniu amigos, saiu pelas ruas de São Paulo e, após um ano de seu coletivo Escala Humana, já levou a mais de cem postes mudas de alecrim, manjericão, entre outros temperos.

- Queríamos fazer intervenções criativas que chamassem atenção das pessoas. Andando da periferia ao centro, nos demos conta de que o poste é uma infraestrutura que se replica, e é como folha branca em que dá para se criar alguma coisa - explica.

A horta urbana funciona com sapateira ou bolsinhas, cabo de aço e as mudas nas mãos, o grupo prende as mudas. Segundo Dayana, elas duram cerca de dois meses apenas, já que, além da chuva, poeira e ventania, as plantas muitas vezes são arrancadas por equipes de limpeza ou mesmo alguém que não entendeu a causa. Para tentar envolver mais a população no projeto e dar vida longa às ervas, o grupo resolveu diminuir o número de mudas penduradas, de quatro para duas, e passou a "plantar" poesias também. Eles deixam canetas e folhas em branco para que moradores troquem os textos.

O grupo não segue uma rotina de ação. Geralmente ele se alia a outros coletivos já acostumados a interagir com os paulistanos e saem às ruas para as intervenções. A ideia agora é pendurar ainda mais possibilidades, como um banco ou mesmo carregador de celular.

- A gente está tentando fazer um projeto em parceria com a prefeitura, para realizar novos atos - idealiza.

Já no meio do caminho do gestor ambiental Andre Ruoppolo Biazoti, de 27 anos, havia vários terrenos sem uso espalhados pela capital paulista. Morador da Aclimação, região central, ele se inspirou num grupo dos hortelões urbanos que frequenta no Facebook para tocar o Cidades Comestíveis. Nessa plataforma na internet para Android e Iphone é possível fazer um mapeamento de lugares ociosos, para que qualquer pessoa possa espalhar mais verdes pela maior metrópole do país, ou mesmo fornecer recursos como adubo e sementes.

- É onde as pessoas possam começar um diálogo - explica André, cuidador da horta do Centro Cultural São Paulo.

O mapeamento é colaborativo. Qualquer um pode indicar um terreno que viu na rua. Para descobrir se ele é privado, por exemplo, o aplicativo te indica a quem procurar.

- A gente não está fazendo a intermediação com o município. Só criamos o mapeamento - frisa André, que vem conversando com a prefeitura, no entanto, para que o aplicativo, lançado em julho último, se torne um instrumento oficial da cidade.

Criado na zona rural de Araras, no interior de São Paulo, o músico Eduardo Rodrigues, de 35 anos, cresceu acostumado a colher no quintal os ingredientes do jantar. Mesmo trazendo a família para a zona urbana de São Paulo, seguiu utilizando as técnicas aprendidas com o pai para plantar os próprios temperos em casa, no espaço que desse. Mas após um curso de agroecologia urbana, onde conheceu os hortelões e o Cidades Comestíveis, decidiu que plantaria os conhecimentos além de seus muros. Há três semanas, ele se uniu a cerca de 20 pessoas e ocupou o Beco do Cambuci.

- A gente leva a muda pronta. O que procuramos fazer é deixar placas explicando como a vizinhança pode pegar as folhas, porque uma muda de couve, por exemplo, não pode ser pega inteira - explica ele, que já imagina o local ocupado por eventos culturais e oficinas de alimentação.

---

### **No Pará, Sem Terra debatem produção agroecológica. Viviane Brigida – Site do MST. 17/11/2015**

*O atual modelo de agricultura e os desafios nos assentamentos da região foram temas que orientaram as reflexões durante o encontro*

Entre os dias 12 e 14/11 Sem Terra se reuniram no encontro Regional do Setor de Produção no Assentamento João Batista, no município de Castanhal, no Pará.

Agroecossistemas, modelo de agricultura, produção de sementes e alimentos saudáveis e os desafios nos assentamentos da região foram temas que orientaram as reflexões durante o encontro.

Os trabalhadores também puderam vivenciar durante o encontro a experiência do Sistema Agroecológico em Produção Orgânica (SAPO).

A força política em seu território

Para os camponeses Sebastião Lopes e Teófila Nunes, a agroecologia potencializa a luta dos trabalhadores no campo.

“São as experiências agroecológicas que fortalecem a luta e vem construindo um novo território social e cultural nos assentamentos de Reforma Agrária. Nossos agroecossistemas são ferramentas para combater também o modelo do agronegócio no campo. São eles nossos espaços de fortalecimento contra o capital no território em que vivemos” afirmou Lopes.

Já para Teófila, iniciativas como essa também contribuem para potencializar educação no campo.

Várias são as práticas agroecológicas aliadas à educação nos assentamento da região. Nos educar para a vivência política e social a partir da agroecologia, é transformar o nosso modo de vida. A diversificação é uma construção, um processo.” acredita Teófila Nunes.

Agroecologia na Amazônia

Dentre os temas trabalhados durante o encontro estava a agroecologia e o camponês na região amazônica.

O professor William Assis do Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará(NCADR/ UFPA) contribuiu nas reflexões sobre o tema e seus desafios.

“O conhecimento, paciência, planejamento são elementos importantes para compreensão coletiva. A forma de lidar com a natureza define o mundo ao nosso redor. O princípio da agroecologia é sempre tentar encontrar o equilíbrio.” destacou Assis.

Ao final do encontro, os participantes levantaram questões para o avanço da organização do setor de produção bem como no avanço da produção nas áreas de acampamentos e assentamentos da regional.

---

**Povos tradicionais debatem cadastro ambiental. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/11/2015**

*Evento ocorre em Curitiba, no Paraná, com a participação de acadêmicos e representantes dos governos federal e estadual.*

Um debate entre povos e comunidades tradicionais (PCTs), acadêmicos e governo sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) acontece nesta quarta-feira (18/11), em Curitiba (PR), na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O objetivo é construir um diálogo sobre o acesso à informação e a aplicação do Código Florestal (Lei 12.651/12) para a realidade dessas comunidades, de maneira que sejam preservados os direitos garantidos por lei de acesso à cultura, às tradições e aos bens nos territórios por eles reivindicados.

“Estamos na condição de observadores para, a partir dessas discussões, desenvolver estratégias para apoiar a elaboração dos cadastros ambientais rurais dos povos e comunidades tradicionais”, explica o gerente de projetos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Allan Milhomens.

Ele conta que já participou de evento semelhante com quilombolas do Pará e de Minas Gerais. “A maior parte dos conflitos está relacionada à sobreposição de terras”, destaca Allan. Isso porque os povos e comunidades tradicionais reivindicam algumas áreas abrangidas por propriedades privadas, o que gera “sobreposição de terras”.

De acordo com o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Carlos Gudes de Guedes, o Ministério do Meio Ambiente está estimulando que todas as formas de ocupação e uso de áreas rurais acessem o CAR. “Será o caminho para a valorização dos saberes e fazeres no uso da terra que protegem o meio ambiente”, afirma Guedes.

Nessa terça-feira (17/11) foram realizadas oficinas em que faxinalenses, ilhéus, quilombolas, indígenas, benzedeiros e pescadores artesanais (segmentos da Rede Puxirão) discutiram vários aspectos do CAR, entre eles a possibilidade de fazer o cadastro de área de uso coletivo – e não individual.

O evento é organizado pela Rede Puxirão de PCTs, com o apoio da UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da ONG Terra de Direitos. A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/ MMA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná representam o governo no debate.

---

**Consulta pública do PNA tem prazo prorrogado. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/11/2015**

*Cidadãos e instituições têm até o próximo dia 7 para contribuir com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas*

A consulta pública do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA) foi prorrogada até o dia 7 de dezembro. O anúncio foi feito na manhã desta quarta-feira (18/11), durante a oficina regional realizada, em Brasília, para tirar dúvidas a respeito da minuta, que está recebendo contribuições em encontros nos estados e também pela internet.

“Prorrogamos o prazo da consulta pública por mais 15 dias por demanda da sociedade. Consideramos que a ampliação do período para recebimento de sugestões é importante para favorecer o diálogo com todos os setores sociais”, explica o diretor substituto do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Pedro Christ.

A consulta pública do PNA encerraria neste domingo (22/11), com recebimento de propostas pelo hotsite que está na página do Ministério do Meio Ambiente na internet, e com a realização de oficinas presenciais nas cinco regiões do país, nas cidades do Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, Brasília e em Manaus, essa ainda a ser realizada amanhã (19/11).

A minuta traz propostas em escala nacional e diretrizes de adaptação para 11 temas: agricultura, biodiversidade, ecossistemas, cidades, gestão de riscos a desastres, indústria, mineração, populações vulneráveis, recursos hídricos, segurança alimentar e infraestrutura, que inclui os setores de energia, mobilidade urbana, saúde e zonas costeiras.

### PONTOS PRINCIPAIS

Nesta quarta-feira, em Brasília, foram abordadas questões relacionadas aos 11 itens da pauta, em plenária e em grupos divididos por interesses específicos no período da tarde. Entre os principais assuntos, a coordenadora do Grupo de Trabalho Mudanças Climáticas e Pobreza, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Gleyse Peiter, falou sobre vulnerabilidade e riscos que atingem populações pobres e mulheres.

“A adaptação às mudanças climáticas começa com redução da vulnerabilidade, que atinge principalmente mulheres e pobres”, afirma Gleyse Peiter. Segundo ela, as diversas pesquisas feitas para subsidiar o PNA mostram que “as mudanças climáticas acirram as desigualdades”.

A coordenadora do GT ressalta que é necessário pensar nas pessoas quando se tomarem decisões para adaptação às mudanças climáticas, buscando soluções que mudem a situação de vulnerabilidade. “Em eventos extremos, como seca ou enchentes, são as mulheres que mais sofrem. São elas as responsáveis pela proteção de idosos e também ficam mais suscetíveis à violência sexual”, exemplifica.

A coordenadora geral de Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lidiane Melo, chamou atenção para os trabalhos científicos do MCTI que apontam cenários futuros de clima e cruzam dados com áreas vulneráveis.

“Identificamos regiões e cenários mais vulneráveis no Brasil, como aumento de temperatura na Amazônia, menos chuvas no Nordeste e enchentes no Sul, e uma das expectativas que temos com esse tipo de consulta pública é receber demandas da sociedade para ampliar conhecimento e direcionar investimentos públicos de modo mais qualificado e preciso”, afirma a coordenadora.

### PREFEITURAS

Durante a abertura da oficina em Brasília, o secretário de Mudanças Climáticas do MMA, Carlos Klink, ressaltou que o PNA representa o primeiro esforço nacional para observação das vulnerabilidades e riscos das mudanças climáticas. E que a consulta pública é estratégica para “encontrar gargalos”, ou seja, aprimorar o texto da minuta apresentada pelo governo federal à sociedade.

Carlos Klink considera que os setores sociais estão apresentando contribuições significativas para a construção do PNA. Ele citou a sua participação, ainda nesta quarta-feira, no Fórum Vida Urbana, realizado pela Frente Nacional de Prefeitos, em Belo Horizonte, com abordagem em Reflexões sobre o Futuro das Cidades.

O secretário do MMA foi à capital mineira contribuir com os prefeitos em seus debates sobre a Conferência das Partes (COP 21), da Convenção sobre Mudanças do Clima, da Organização das Nações Unidas (ONU), que se realizará em dezembro, em Paris.

“Os prefeitos estão fortemente engajados. Observamos uma postura muito positiva. Eles estão interessados em temas como mobilidade urbana, lixões, vulnerabilidade, e entendem que não estamos falando em fim do mundo, mas que existem caminhos a serem seguidos, que existem soluções”, acentuou Carlos Klink.

---

### **Trabalhadores apontam os desafios da agroecologia na Bahia – Site do MST. 19/11/2015**

*O objetivo do encontro foi fortalecer a identidade Sem Terra e avançar no enfrentamento ao agronegócio*

Cerca de 350 trabalhadores Sem Terra realizaram entre os dias 16 e 17/11 o 3º Encontro da brigada Nelson Mandela, em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia.

Com místicas, intervenções e rodas de conversa, o encontro cumpriu o objetivo de fortalecer a identidade Sem Terra e avançar na construção da agroecologia, que é a base de um instrumento de enfrentamento ao agronegócio e aliada na construção da Reforma Agrária Popular.

Durante o encontro, os trabalhadores avaliaram as lutas realizadas no ano de 2015 e priorizaram a formação política a fim de fortalecer a unidade e avançar na organicidade.

Para isso, estudaram os desafios organizativos do MST, o processo de construção da Reforma Agrária Popular, o fortalecimento da produção e a sustentabilidade.

De acordo Delvanir Gomes, acampada, o encontro trouxe elementos importantes para se pensar a dimensão das práticas agroecológicas já realizadas no acampamento.

“A produção de alimentos faz parte do nosso dia a dia e muitas vezes não refletimos sobre a realidade que vivemos ou até mesmo, sobre o modo de produção que adotamos. O encontro nos permitiu pensar sobre isso”, explicou Gomes.

“Agroecologia é um modo de vida”

Para, José Mota, da direção estadual do MST, a agroecologia é um debate que precisa ser feito e construído a partir das práticas vividas pelas famílias, desenvolvendo o conhecimento e compreendendo todo o processo como um modo de vida e não como uma mera alternativa econômica.

“Diante de todos os desastres ambientais e sociais que estamos vivendo não é possível continuar com o modo de produção capitalista que só visa o lucro e que mata cada vez mais a biodiversidade, com agrotóxicos e destruição da natureza”, afirmou.

“A agroecologia é um modo de vida onde as pessoas vivem em perfeita harmonia com a natureza, respeitando o meio ambiente e protegendo as gerações futuras”, concluiu Mota.

O encontro se encerrou apontando a necessidade de continuar na linha do debate agroecológico, priorizando a formação, para construir uma metodologia onde as famílias possam continuar desenvolvendo os caminhos para fazer uma agricultura viável, respeitando o ser humano e a natureza.

---

**Sistemas agroflorestais: o caminho para uma vida mais sustentável no sertão.**  
**Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/11/2015**

*BOAS PRÁTICAS//Casal retorna ao campo para matar saudades e sobreviver com dignidade*

Na canção Asa Branca, Luiz Gonzaga cantarolou os versos “Hoje longe, muitas léguas. Numa triste solidão. Espero a chuva cair de novo. Pra mim 'vortar' pro meu sertão”. Conterrânea do rei do baião, a agricultora Maria Silvanete Benedito de Souza, 40 anos, casada, quatro filhos, não esperou a chuva cair de novo para voltar para o sertão, em Serra dos Paus Doias, em Exu (PE).

“Fiquei 16 anos morando em várias cidades. Mas há oito anos compramos um pedaço de terra e retornamos. E não saio mais de jeito algum. Fui abençoada em me casar com uma pessoa, também filho de agricultores, que tinha essa mesma vontade, o mesmo sonho de voltar”, afirma.

Segundo ela, o vínculo com a terra eles nunca perderam. “A vontade de voltar para terra nunca me faltou”, afirma. “E meus filhos tinham essa mesma vontade de voltar para o campo, o que me estimulou”.

Silvanete e o marido, Valmir Erlem, voltaram mais fortes, mais preparados, e se juntaram ao trabalho da Associação dos Agricultores Familiares da Serra dos Paus Doias (Agrodoia), criada há dez anos, no município de mesmo nome, e que reúne 22 famílias. Hoje presidente da associação, ela destaca o trabalho agroflorestal (exploração agrícola sustentável) desenvolvido pelos associados da Agrodoia, na Chapada do Araripe.

#### APOIO

A associação possui uma produção mista: doces, geleias, farinha, goma, sequilhos, biscoitos, mel, extratos de plantas, licor, queijo, manteiga, entre outros produtos. A Agrodoia vai inaugurar em dezembro sua primeira unidade de beneficiamento, que contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Fundação Araripe.

Está sendo construído um galpão de aproximadamente 300 metros quadrados, com espaços para a fabricação de doces, geléias, licor; parte administrativa; comercialização comunitária e capacitações. Atualmente, a associação está trabalhando na extração do óleo essencial a partir das folhas da Caatinga, trabalho que será conduzido por um jovem da comunidade. “É mais interessante perceber a importância que a Caatinga tem em pé. Ela dá muito mais retorno assim do que se você usar o machado e a foice”, afirmou.

Os Sistemas Agroflorestais (SAF's) permitem aos produtores familiares diversificarem a produção e recuperarem áreas degradadas. “Nada mais é do que voltar às nossas raízes, nossa verdadeira história. Nossa prática no dia a dia é plantar sem queimar, fazer um manejo mais sustentável do solo, é plantar com mais respeito à condução da própria



natureza. É cuidar melhor da terra e enxergar que somos um só: terra e homem”, enfatizou.

## CAMINHO SUSTENTÁVEL

Para o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campello, os sistemas agroflorestais representam um caminho adequado na busca de uma relação entre homens, mulheres e meio ambiente mais equilibrada e socialmente mais justa. “É uma das alternativas para um novo padrão de desenvolvimento sustentável”, destacou.

Durante o tempo que esteve morando em cidades, o casal procurou estudar e conhecer tecnologias sociais e experiências que pudessem auxiliar agricultores familiares na vida no campo. “Aproveitamos cada oportunidade de capacitação, de crescimento. Voltamos com um embasamento enriquecido de que a agroecologia seria o caminho, antes trabalhávamos de forma tradicional. Voltamos com um novo olhar, mais seguro, para a nossa terra e para os desafios”, conta Silvanete.

O casal produz milho, feijão, fava, manga para alimentação da família e sementes crioulas de milho para comercialização e multiplicação. A família possui três cisternas e fogão ecológico, entre outras tecnologias sociais que vêm colaborando para mudar a vida da população no sertão.

## CADASTRO

A propriedade do casal possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Ivanete defende que o documento é uma ponte para uma convivência mais tranquila com a terra e até com os vizinhos. “O CAR mostra o que pode ser feito, traz um retrato da sua terra, é útil para a obtenção de crédito, para o monitoramento da área, vem para nos ajudar em relação ao trabalho que muitas vezes desenvolvemos em parceria com vizinhos, como no caso dos corredores ecológicos”, destacou.

O casal recebe, com frequência em sua propriedade, visitas de participantes de cursos de fundações e associações da região. A intenção é mostrar diversidade de práticas agroecológicas e de tecnologias de convivência com o semiárido, que possibilitam geração de renda ao mesmo tempo em que se preserva a Caatinga.

O intercâmbio acaba servindo de estímulo para os grupos que beneficiam frutas do bioma e os transformam em doces, geleias, polpas, licores, agregando valor aos produtos, estimulando a conservação das mesmas e gerando oportunidade de trabalho para as famílias, em especial aos jovens.

---

## **Para ministra, nem desmatamento legal deveria existir mais no Brasil – Valor Econômico, Agronegócios. 21/11/2015**

SÃO PAULO - A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira admitiu que o problema do desmatamento no país não está resolvido, apesar da diminuição da prática. “Não está resolvido por duas questões muito claras: não deveríamos ter mais desmatamento no Brasil, nem legal, nem ilegalmente. Mas nós temos autorização do uso de solo assegurado por lei”, disse durante o 3º seminário anual sobre emissões brasileiras de gases de efeito estufa promovido pelo Observatório do Clima.



A expectativa, segundo Izabella, é que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) auxilie no monitoramento das taxas de áreas desmatadas e que isso possa ser utilizado para a valorização dos produtos agropecuários também no cenário internacional.

A criação de uma nova cultura sobre o clima, envolvendo responsabilidades de outros setores e ministérios, que não apenas meio ambiente, mas econômico, rural, de desenvolvimento sustentável poderia solucionar embates e impulsionar políticas mais fortes acerca do tema, disse. “O Brasil só vai ser um país de baixo carbono se isso estiver como prioridade nas questões econômicas e políticas. As pessoas precisam entender que não há necessidade de desmatar para expandir o desenvolvimento das atividades agropecuárias. É necessário restaurar áreas degradadas e implementar as medidas de agricultura de baixo carbono”, concluiu Teixeira.

#### Agropecuária

Os 60 milhões de hectares de pastagens degradadas no Brasil emitem, ao ano, a mesma quantidade de gases de efeito estufa da fermentação entérica dos rebanhos do país. Foi o que concluiu o Imaflora, instituto membro do Observatório do Clima. A novidade deve fazer com que o foco das ações de redução das emissões da pecuária priorize a recuperação dessas áreas degradadas. A atividade agropecuária foi responsável, em 2014, por 27% do total das emissões brasileiras.

O valor, no entanto, não contabiliza o balanço de carbono, ou seja, as emissões dos gases que provocam o efeito estufa gerados pela decomposição do material orgânico em pastagens degradadas, nem a remoção desses gases da atmosfera, por meio de boas práticas no campo e na pecuária. Levando-se em conta esse cenário, os gases que provocam o efeito estufa subiriam em 25%.

“Recuperar essas pastagens é a medida de maior potencial de redução de gases do efeito estufa (GEE) no cenário brasileiro. Há um potencial enorme ali, em conjunto com a intensificação da produção de forma sustentável”, diz a pesquisadora Marina Piatto, engenheira agrônoma, coordenadora da área de Iniciativa de Clima e Agropecuária, do Imaflora. “As áreas de pastagens degradadas no país são muito grandes e, se forem recuperadas e utilizadas para expansão agropecuária, pela nossa conta, será possível reduzir as emissões em 50% neste setor, até 2030”, afirma.

#### Nova ferramenta

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), segundo a ministra, deve lançar na próxima semana uma nova ferramenta de monitoramento de desmates em biomas como o Cerrado, que vem sendo fortemente pressionado pela agricultura, principalmente pela expansão da soja, e pela pecuária de corte.

Além disso, Izabella cobrou transparência dos governadores dos Estados amazônicos, alegando não haver necessidade de desmatar mais a Amazônia para avançar o desenvolvimento econômico na região. “Mas os governos dos estados precisam querer isso. Precisa ter transparência, compromisso”, diz.

(Folhapress)

---

**A mineração não é um bom negócio. Raúl Zibechi – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 22/11/2015**

As empresas mineradoras sabem dos riscos, mas não têm nenhum compromisso com as questões ambientais e as comunidades.

Uma década de boom mineiro deixa um rosário de complicações: passivos ambientais, polarização social, perda da legitimidade dos governos e nenhum problema realmente resolvido.

“Não foi um acidente”, gritam os membros do Movimento de Afetados pela Mineração (MAM). “É um acontecimento de total responsabilidade das empresas”, assegura Mário Zonta, que destaca que as empresas não monitoram as represas onde armazenam os dejetos tóxicos, como as que se romperam no dia 5 de novembro, provocando um rio de lama contaminada que destruiu povoados, provocou a morte e a desaparecimento de mais de 20 pessoas, além de milhares de afetados.

Se trata de uma tragédia social e ambiental provocada pela empresa mineradora Samarco no estado de Minas Gerais. Dois diques de contenção da mina de ferro a céu aberto se romperam. A lama liberada sepultou o povoado de Bento Rodrigues, onde viviam 600 pessoas, a pouco mais de 20 km da cidade histórica de Mariana, e a 120 km de Belo Horizonte, capital do Estado.

As 500 pessoas que foram resgatadas pelos bombeiros, que ficaram ilhadas em meio ao lodo tóxico, tiveram que ser submetidas a um processo de descontaminação, já que continham substâncias letais em todo o corpo. A Samarco é uma empresa de propriedade da Vale e da BHP Billiton. “Os acidentes e impactos da mineração são permanentes, e as empresas continuam com a mesma postura prepotente, falando da responsabilidade social e ambiental”, diz um comunicado assinado por dezenas de organizações sociais.

“A Vale está há 70 anos em Minas Gerais”, assegura Zonta, do MAM. “Existe equipamento e experiência suficientes para conter este tipo de acontecimentos, portanto consideramos que são os principais responsáveis pelos mortos e desaparecidos”.

Uma análise da lama presente no rio, quando os tóxicos já haviam avançado por mais de 300 quilômetros, revelou que existe concentrações incríveis de ferro, manganês e alumínio, que superam milhares de vezes a concentração normal. Segundo os toxicólogos, o metal mais problemático encontrado é o manganês, que pode provocar alterações musculares, problemas ósseos e intestinais, além de agravar problemas cardíacos.

No começo, a empresa disse que os dejetos eram somente areia, mas quando foi consultada, e devido a ter que se pronunciar sobre os resultados das análises oficiais, ela decidiu não responder. Preferiu se aferrar num discurso de que “o barro não contém produtos tóxicos para os seres humanos, somente material usado em compostos de areia”. Entretanto, pelos níveis de contaminação existentes no tratamento da água, o fornecimento ficou comprometido em nove cidades, afetando cerca de 800 mil habitantes, enquanto a prefeitura decretou situação de calamidade pública.

#### Irresponsabilidade empresarial e estatal

Em Mariana, o MAM assegura que o problema principal é que as próprias mineradoras são as que organizam estudos para monitorar a situação real das minas. “Elas contratam as empresas que realizaram os estudos ambientados, para apresentar à Secretaria do Meio Ambiente”, diz Zonta.

Em paralelo, destaca que existe capacidade suficiente por parte das empresas para prever rupturas como a que ocorreu em Mariana. “Como a lógica é extrair a todo vapor, a quantidade de dejetos que se formam dia após dia é muito maior que há 20 anos. Elas sabem dos riscos, mas não têm nenhum compromisso com as questões ambientais e as comunidades”.

O resultado, segundo o MAM, é que existe uma falta de controle das políticas relacionadas à mineração e dos ritmos de extração, do armazenamento de dejetos e traslado de minerais – resultado de um sistema onde todos os controles são feitos pelas próprias empresas.

No mesmo dia em que aconteceu a tragédia de Mariana, se realizava em Belo Horizonte o Fórum Brasileiro da Mineração. Os empresários recordaram que o Brasil está entre os seis maiores países mineiros do mundo, e que nos próximos anos esse setor receberá os maiores investimentos da economia da país (uns 53 bilhões de dólares até 2018), e por isso defendeu o “aumento da segurança jurídica dos investidores”.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, Altamir Roso, disse que a mineradora Samarco foi “vítima da ruptura” das represas. Foi mais longe que os empresários: “afirmo, com toda a tranquilidade, que existe excesso de rigidez no outorgamento de licenças e um excesso de organismos envolvidos”. Sua proposta é que a fiscalização “não necessita ser feita pelo Estado, pode ser delegada a outros”.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores, enviou ao parlamento estadual um projeto de lei que altera o Sistema Estadual de Meio Ambiente, para “dar mais agilidade aos processos de permissão”. Um discurso evidentemente contraditório, porque o próprio governador condecorou o presidente dos empresários, dizendo que “o meio ambiente não pode ser refém da economia e a economia tampouco pode ser refém do meio ambiente”.

Por sua parte, a articulação internacional do MAM difundiu um comunicado em que afirma que o sucedido em Mariana é “um crime”, negando que se trate de um acidente. Os ambientalistas denunciaram que a maioria dos 31 deputados que integram a comissão da Câmara dos Deputados que discute o novo Código de Mineração, tiveram suas campanhas eleitorais de 2014 financiadas por empresas do setor.

Gustavo Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, acredita que o desastre de Mariana “vai ressuscitar um espírito de protesto social similar ao ocorrido em 2013”, quando milhões de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento do transporte público, as chamadas Jornadas de Junho. O escândalo é maiúsculo, porque uma represa que era considerada bastante segura se rompeu, uma represa que era propriedade de uma empresa que ganhou vários prêmios de sustentabilidade, que se apresenta como defensora do meio ambiente.

#### Um rosário de acidentes

Os acidentes são normais na mineração. No dia 12 de setembro se produziu uma tragédia parecida na Argentina, um derramamento de um milhão e meio de litros de água cianurada na mina de ouro Veladero, na província de San Juan. O acidente provocou uma situação delicada para a empresa Barrick Gold, proprietária da mina, já que a justiça começou uma investigação exigindo da empresa uma solução imediata do problema ou “deixar de incorporar cianuro no processo de lixiviação até que se consiga descontaminar a água”.

Uma das consequências do derrame é a renúncia do diretor executivo da Barrick Gold na Argentina. O derrame se produziu por uma falha numa tubulação de transporte do cianuro, mas a quantidade massiva encontrada na água mostra que as empresas não tomam as medidas necessárias quando acontecem situações deste tipo.

Os moradores da cidade de Jáchal decidiram bloquear o acesso à mina Veladero, e muitos decidiram se incorporar às ações de contenção, devido à gravidade da situação. Várias semanas depois do derramamento, a Universidade Tecnológica Nacional e as universidades de Cuyo e de San Juan, difundiram informes que confirmaram a “presença de metais pesados na água” e “a existência de cianuro em diversas mostras”.

A polícia prendeu 23 manifestantes, mas os culpados do desastre não foram incomodados até agora. Se instalou a ideia de que se trata de um acidente e não da irresponsabilidade empresarial, o que contribui para dar a impressão de que os problemas que a mineração gera não têm responsáveis diretos, que a empresa não precisa responder à Justiça.

O crescimento dos assim chamados “acidentes” se deve o crescimento exponencial das explorações mineiras. Um estudo recente realizado no Peru, país de tradição mineira, assegura que “o número de concessões se multiplicou oito vezes entre 1992 e 2014, mas a quantidade de território explorado aumentou onze vezes no mesmo período”. A região de Moquegua tem 71% do seu território ocupado por concessões. Apurímac, La Libertad, Ancash, Lima e Tacna têm entre 55 e 67% cada. As demais regiões mineiras oscilam entre 50% de seus territórios ocupados pelas mineradoras.

A intensidade da extração tem crescido graças às novas tecnologias e, muito em particular, devido as modalidades de trabalho a céu aberto, mutilando montanhas com explosivos e máquinas de grande porte. O Anuário Estatístico da Mineração Mexicana, de 2013, elaborado pelo Serviço Geológico, informa que, nos últimos dez anos, as mineradoras extraíram 774 toneladas de ouro.

Se comparamos essa cifra com as 190 toneladas extraídas durante três séculos de colônia, a conclusão é que “em dez anos, as mineradoras extraíram quatro vezes mais ouro que em três séculos de colônia”. Essa brutal intensificação do ritmo de extração provoca lucros enormes por um lado, mas por outro gera danos tremendos ao meio ambiente e para os povoados próximos aos territórios explorados. Os “acidentes” são, portanto, parte do negócio, e fazem com que a mineração não seja um bom negócio.

Quando se discute a conveniência ou não da atividade mineira, deve-se destacar os problemas ambientais e sociais que gera. São os temas mais debatidos por parte dos movimentos sociais, dos governos, das universidades e das ONGs ambientalistas. No caso do Peru, a renda que o Estado capta pela mineração cresceu consideravelmente: saltou de 800 milhões de soles em 2003 para 11,3 bilhões em 2011, caindo para 6 bilhões em 2014.

Essa renda chegou a representar 23% da arrecadação do governo peruano no período entre 2006 e 2011. Os governos das regiões mineiras financiaram uma parte substancial de suas obras, o que chegou a representar até 53% dos seus investimentos.

Mas essa dependência do Estado dos recursos vindos da atividade mineira gera dois graves problemas. O primeiro começou a ser detectado quando os preços dos minerais passaram a cair, e fica evidente nos números que mostram a drástica redução da capacidade de investimentos. Em 2010, os governos regionais peruanos financiaram um quarto dos seus gastos com os royalties da mineração, mas em 2014 essa torneira

registrou 10% menos de recursos. Com relação aos investimentos, em 2010 a mineração financiou metade deles, e em 2014 somente 22%.

A dependência do extrativismo tampouco gera uma cadeia produtiva, e emprega muito pouco pessoal. A tentativa de mudar esse quadro, com a abertura de novos ramos, através do Plano Nacional de Diversificação Produtiva, lançado em 2014, ainda não deu resultados. Porém, conta com pouco apoio do governo nacional, e os atores empresariais e estatais pretendem continuar com o modelo extractivo atual. A renda da extração vicia, talvez pelas facilidades em todos os níveis, por não encontrar resistência nem nos governos nem na própria população.

Mas existe um segundo fator que não se costuma visibilizar. Como os recursos costumam ser distribuídos somente entre as regiões onde se realizam as atividades mineiras – na maioria dos países, exceto naqueles de economia extremamente centralizada, como o Chile – isso gera uma profunda desigualdade na distribuição nacional dos recursos. No caso peruano, por exemplo, em cada região onde se repartem os recursos, também são privilegiadas as províncias e distritos onde se desenvolve a atividade mineira, e assim a desigualdade se reproduz também regionalmente.

Isso produz graves conflitos, como o acontecido há sete anos em Moquegua, no sul do Peru. Durante a década de boom mineiro, a desigual distribuição dos recursos ampliou as brechas sociais e econômicas, deixando em evidência a falta de capacidades e de institucionalidade do Estado, agravados pela corrupção, fatores que impediram criar as bases para uma reforma de modernização estatal.

Esse é o balanço realizado por um organismo que não rechaça a mineração. Se essas são as conclusões do período em que as exportações mineiras mais cresceram, na qual os estados mais se beneficiaram dos impostos, o panorama para o futuro é muito preocupante. Quando passar o boom, os problemas ambientais e sociais se agravarão, os estados e as instituições perderão parte de sua legitimidade e os problemas mais importante não serão resolvidos.

\* Raúl Zibechi é analista internacional do semanário Brecha, de Montevideu, docente e investigador sobre movimentos sociais na Multiversidade Franciscana da América Latina, e assessor de vários grupos sociais. Autor do “Informe Mensal de Zibechi”, para o Programa das Américas Cipaméricas.

---

### **Documento reúne relatos de sustentabilidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/11/2015**

O Grupo de Trabalho sobre Relatos Corporativos de Sustentabilidade, instituído e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), apresentou, na tarde desta segunda-feira (23/11), em Brasília, documento final que aponta diretrizes capazes de orientar o governo federal na construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

A finalidade do relatório é ser a memória documental dos trabalhos dos autores do trabalho e orientará os próximos passos na promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade (RCS), registrando as experiências consideradas relevantes para orientar a elaboração da estratégia nacional e as problemáticas, oportunidades e propostas apresentadas e discutidas pelos integrantes do grupo.

## INTEGRAÇÃO

O grupo de trabalho foi constituído há quatro anos, seguindo o disposto no parágrafo 47 da declaração “O Futuro que Queremos”, elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em julho de 2012 no Rio de Janeiro. Na ocasião, o governo brasileiro se comprometeu a encorajar as empresas públicas e privadas a considerar a integração das informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatos corporativos.

O documento foi apresentado ao secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, que considerou o resultado como sendo de referência, por facilitar o acesso a um conjunto de instituições que já trabalha com a agenda ambiental. “Está claro que o ministério precisa ter um diálogo estruturado com o setor empresarial, e as bases desse diálogo tem vários pontos de entrada, desde os relatórios de sustentabilidade socioambientais até a Política Nacional de Produção e Consumo, um dos objetivos do desenvolvimento sustentável”, afirmou.

A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Regina Gualda, mostrou-se entusiasmada com o produto. “Este documento é muito consistente, apresentado num momento bastante oportuno”, declarou. “Agora será encaminhado à ministra Izabella Teixeira, pois ainda não existe, no Brasil, uma política ou uma estratégia nacional para a promoção desses relatos. No entanto, existem diversas iniciativas, nas esferas pública e privada, que criam um ambiente de engajamento na edição dos relatos e que podem favorecer a construção de uma estratégia nacional.”

## OPORTUNIDADES

Os integrantes do grupo de trabalho sugerem ouvir as organizações que mais têm se destacado na promoção de relatos no Brasil para identificar as oportunidades e dificuldades encontradas nessa tarefa, como forma de se avançar na promoção dos RCS. O documento final foi dividido em três capítulos, que trataram da importância de se relatar informações financeiras e não financeiras; do contexto do relato, hoje, no Brasil e no mundo, contendo informações sobre plataformas de relato e experiências nacionais e internacionais e das recomendações feitas pelas instituições participantes para se avançar na pauta de RCS.

Participaram da reunião no MMA representantes da Global Reporting Initiative (GRI), Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), e da Comissão Brasileira de Acompanhamento de Relatos Integrados (coordenada pelo BNDES).

## RECOMENDAÇÕES

Os membros do GT apresentaram 13 recomendações, que incluem, entre outras, a criação de condições para que empresas públicas que integram o Orçamento de Investimentos da União, Estados e municípios divulguem, anualmente, Relatos Corporativos de Sustentabilidade, na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais, inventivo às grandes empresas de capital fechado e limitadas, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras.

Entre as propostas inclui-se, ainda, a possibilidade de se exigir, progressivamente, nos vários níveis de Estado, como critério para participação em compras públicas



sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões, divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, devendo ser o roteiro compatível com o porte, a materialidade e a relevância quanto aos impactos econômico-financeiro, sociais e ambientais da organização, sendo essa observância discriminada nas normas e/ou nos editais, quando necessário.

---

### **Agrotóxicos são do mal, sim! Adilson D. Paschoal – Site do MST. 24/11/2015**

*Em artigo, professor da Esalq rebate o pesquisador da Embrapa, Alfredo Luiz, que defendeu o uso dos agrotóxicos*

Sobre o título "Agrotóxicos são do mal?" (Boletim Informativo do Sistema FAEP, no.1323, out.-nov.2015) o engenheiro-agrônomo Alfredo J.B.Luiz, da Embrapa Meio Ambiente, dá seu parecer, pobre de argumentos científicos, sobre estes perigosos agentes controladores de pragas, patógenos e ervas invasoras no nosso país, por sinal o maior consumidor desses venenos agrícolas em todo o mundo. A interrogação que faz (...são do mal?) permite deduzir que é a favor do uso desses produtos, confirmando-se a assertiva pela leitura do artigo.

O que é admirável é o fato de ele trabalhar na Embrapa Meio Ambiente, que já foi reduto das companhias multinacionais dos agrotóxicos, quando se chamava Centro Nacional de Pesquisa de Defensivos Agrícolas (CNPDA,1982): uma aberração inconcebível, uma vez que o Estado brasileiro, e não as milionárias multinacionais dos agrotóxicos, fazia pesquisas para elas, pagas com o dinheiro honrado de todos nós brasileiros.

Felizmente percebeu-se isso em tempo de alterar completamente a linha de pesquisa, passando de pesquisadores subservientes delas, e de seus métodos empíricos imediatistas, para pesquisadores conscientes e atuantes em prol de uma agricultura racional, sustentável a longo prazo, verdadeiramente de trópico, pautando suas pesquisas em métodos visando sobretudo a saúde das pessoas, a conservação dos recursos de produção e a preservação da natureza. Assim, três anos depois de criada, a instituição tinha seu nome mudado para Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura (CNPDA,1985). Honra-me ter contribuído para esta mudança; aflige-me saber que pode haver retrocesso, pela falta de novas lideranças.

Em reconhecimento ao meu esforço, recebi da Embrapa sua maior condecoração: o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, o primeiro de sua natureza concedido, em vida, a um professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Por isso sinto-me muito a vontade para defender a linha que deve manter a Embrapa Meio Ambiente, se quiser conservar a credibilidade e o propósito para os quais foi criada. Ampliando seu leque de atividades, o Centro passou a ser conhecido como Embrapa Meio Ambiente em 1993.

Resumo aqui, para contrapor aos argumentos apresentados pelo pesquisador, o que me absorveu décadas e décadas de investigação. Pragas e patógenos são controlados em áreas tropicais e sub-tropicais máxime por agentes biológicos do ambiente, e não por agentes químicos e físicos, como em áreas temperadas e frias. As cadeias biológicas tropicais são muito diversificadas e por isso favoravelmente estáveis.

Perturbações nelas, pelo uso de agentes químicos, como os agrotóxicos, produzem desequilíbrios a favor das espécies herbívoras (que são mais numerosas e têm



resistência como mecanismo pré-adaptativo, por evoluir diretamente com as plantas, que tentam eliminá-las produzindo agrotóxicos naturais em sua defesa), desfavorecendo, por outro lado, as espécies predadoras e parasitas (que são menos numerosas e não têm resistência como mecanismo pré-adaptativo, por não co-evolverem com as plantas e, sim, com as suas presas e seus hospedeiros herbívoros).

O resultado é a espécie herbívora tornar-se praga, pela morte dos inimigos naturais. Isso explica porque havia tão poucas espécies daninhas quarenta anos atrás e tantas hoje em dia, perfeitamente correlacionas com o emprego maciço de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, como demonstrei em livro que escrevi em 1979 (Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções, FGV, Rio de Janeiro), descritas em compêndios volumosos de Entomologia, de Acarologia, de Nematologia, de Fitopatologia.

Outro fator é a introdução de espécies exóticas, que rapidamente se convertem em pragas primárias, exatamente pela falta de inimigos naturais. Outro ainda, não menos importante, é a simplificação imposta aos agroecossistemas tropicais e subtropicais (monoculturas, ausência de rotação e de consorciação de culturas, clones, variedades melhoradas para resposta aos adubos solúveis e que são pouco resistentes e tolerantes às espécies daninhas, falta de matéria orgânica no solo etc.), áreas geográficas essas em que a diversidade é a regra absoluta, definida pela natureza em milhões de anos.

Um quarto fator que favorece as pragas é o desequilíbrio bioquímico na planta, induzido pelo uso de certos agrotóxicos e de adubos nitrogenados solúveis (amônia, sulfato de amônio, nitrato de amônio, uréia, MAP, DAP), resultando em acúmulo de aminoácidos e de nitrogênio livre na seiva e no suco celular, alimentos básicos de insetos sugadores, de ácaros, de nematóides, de bactéria e de fungos. Lembremos que a fonte de nitrogênio para as plantas é o ar e não a rocha, e que a proteossíntese depende de certos micronutrientes que podem faltar, por não serem fornecidos ou por estarem bloqueados no solo, acumulando, dessa maneira, aminoácidos e nitrogênio livre, o que desencadeia erupções de espécies daninhas.

Não pode haver agricultura racional, sustentável, sem as forças da natureza, dentre as quais o papel dos inimigos naturais no controle das espécies daninhas. O agrotóxico é a antítese desse raciocínio, porque quem dele faz uso combate o efeito (a praga, o patógeno, a planta invasora) e não a causa (os fatores que as geram), daí a necessidade de seu uso contínuo, sem trégua nem regra, contaminando o solo, a água, o ar, os animais, as plantas, os alimentos, o homem.

Dia chegará em que não se terá água sequer para beber, não pela sua falta, mas pela contaminação por resíduos de herbicidas, como já acontece em países da Europa, e.g. Alemanha, que tiveram suas águas profundas envenenadas com resíduos altamente solúveis de glifosato (“round up”). Infelizmente o pesquisador da Embrapa não foi capaz de visualizar esse problema, dizendo que os herbicidas por serem aplicados com as plantas de soja e de cana muito jovens não representam riscos.

Que se analisem até mesmo as águas minerais das áreas de tais culturas para se ter idéia da dimensão do problema, ficando claro que aqueles que defendem o uso dos agrotóxicos não poderão escapar da morte por câncer, Alzheimer ou Parkinson, por terem acesso, ao contrário da grande maioria dos brasileiros, à águas minerais que, acreditam, serem livres de resíduos tóxicos. Também o pesquisador da Embrapa Meio Ambiente parece desconhecer as exaustivas análises feitas todo ano pela Anvisa, que demonstram estarem mais da metade dos alimentos nossos de cada dia (morango, abacaxi, mamão, uva, pimentão, pepino, beterraba, cenoura, couve, alface e tantos

outros) contaminados com resíduos acima dos permitidos e por resíduos não permitidos para as culturas onde foram detectados, de produtos desde muito tempo proibidos em outros países (Paschoal, A.D. 2012. Alimentos Orgânicos, ADAE). A proporção seria muito maior caso se adotasse no Brasil os Limites Máximos de Resíduos Aceitáveis (LMRA) dos países desenvolvidos, muito menores que aqueles definidos para o nosso país.

Defender aquilo que está lentamente nos matando, de forma imperceptível, envenenado o que de mais sagrado existe, objeto primeiro da faina diária de cada um de nós, que é o alimento que damos para alimentar nossas famílias, nutrir nossos filhos, é o mesmo que defender o engodo, muito difundido entre nós, de que o importante é “encher a barriga” é “matar a fome”, embora o saciamento da fome diária com alimentos contaminados futuramente nos matará de doenças degenerativas e neurogênicas. Será que alimento e veneno são compatíveis? Será verdadeira a afirmativa de que resíduos dentro do que se estabeleceu por ensaios não fazem mal à nossa saúde?

Se assim for, como explicar que os valores aceitáveis de resíduos em alimentos nos países desenvolvidos são muito mais baixos do que aqueles definidos para o Brasil? Como também explicar o crescimento vertiginoso da Agricultura Orgânica (que não usa agrotóxicos) em muitas partes do mundo? A talidomida, que era receitada pelos médicos às mulheres grávidas porque se acreditava ser uma droga segura, quantas vítimas mutiladas fez no mundo!

São muitos os ensaios que provam ser a produtividade da Agricultura Orgânica igual ou superior à da agricultura convencional, como demonstrei em livro que escrevi em 1994 (Produção Orgânica de Alimentos. Agricultura Sustentável para os Séculos XX e XXI), sem riscos para a natureza e para a saúde humana. Não é sem razão que cresce 20% ao ano no Brasil, a taxa mais alta do mundo.

É inconcebível falar em uso racional de venenos, exceto quando em doses homeopáticas, o que não é o caso dos agrotóxicos. Enquanto acreditarmos que esses produtos são um mal necessário aos agricultores e não um bem necessário às multinacionais do ramo agroquímico teremos de continuar consumindo alimentos envenenados, aceitando passivamente a contaminação dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das gerações presentes e futuras.

\*Adilson D. Paschoal é professor Sênior do Departamento de Entomologia e Acarologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, USP.

---

### **Mariana e a mercantilização do meio ambiente. Paulo Kliass – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 25/11/2015**

*O Brasil deve recuperar a natureza pública de seus recursos naturais e romper com a lógica mesquinha da mercantilização desse potencial estratégico.*

A catástrofe de Mariana e a ação criminosa desenvolvida pelas empresas Samarco e Vale trazem ao centro da cena o debate a respeito do processo de mercantilização crescente da ação do ser humano sobre o meio ambiente. O aprofundamento da tendência de acumulação de capital em escala planetária tem transformado, de forma crescente e alarmante, a exploração dos recursos naturais em mais um espaço de multiplicação dos ganhos econômicos e financeiros.

Na perspectiva da reprodução ampliada da acumulação do capitalismo, tudo se transfigura. Água não é mais apenas água. Mar deixa de ser simplesmente mar. Atmosfera passa a significar muito mais do que a mera atmosfera. A definição de subsolo extrapola o limitado sentido de tudo que está baixo do solo. Alguém aí mencionou preocupação com equilíbrio ecológico sistêmico ou com os riscos para o futuro do planeta? Bobagem! Don't worry, my dear! A eficiência racional do empreendimento privado nos assegura que tudo o que for feito será para o bem de todos.

Mercantilização: dos serviços públicos ao meio ambiente.

No caso brasileiro, a onda neoliberal dos anos 1990 conseguiu avançar na privatização de importantes setores que, tradicionalmente, eram encarados como sendo de fornecimento de bens e serviços públicos. Dessa forma, os horizontes de investimento capitalista se ampliaram para além da energia, das comunicações, dos transportes, da segurança, da previdência, da educação e da saúde – só para citar apenas alguns exemplos. Passaram todos a se constituir em ramos de possível acumulação de capital.

Esse movimento se combina à ampliação também do potencial de exploração “empreendedora” sobre o meio ambiente. A opção por definir políticas públicas prioritárias para o novo modelo de exploração pós-colonial (re) transformou nosso País em explorador e exportador de produtos primários. Sejam eles associados às atividades do complexo do agronegócio concentrador e espoliador, sejam aqueles associados à extensa rede da extração de produtos minerais.

O desastre de Mariana revela justamente toda a maldade e a crueldade envolvidas na gestão de um grande empreendimento econômico cujo único foco seja a maximização de resultados para os ganhos exclusivos de seus proprietários e acionistas. Ao contrário do que tentou divulgar uma parte dos meios de comunicação, não existiu nada de “natural” nem de “inevitável” naquele terrível acidente. Ou que a empresa teria sido, ela também, “vítima” do imponderável, como chegou a declarar um secretário do governo de Minas Gerais.

Eficiência (sic) privada leva à catástrofe.

Muito pelo contrário, todos os indícios apontam para a negligência da Samarco e de órgãos públicos municipais, estaduais e federais envolvidos no tema. As licenças e autorizações de funcionamento da mina e da barragem haviam vencido meses antes do ocorrido e nada foi feito para corrigir essa falha. Outras minas e barragens semelhantes apresentam riscos parecidos e a população da região próxima vive, há tempos, um clima de tensão permanente a respeito da possibilidade de novas rupturas.

No entanto, como a dinâmica empresarial se move apenas pela lógica da maximização de resultados, as corporações solenemente ignoram a necessidade de realizar despesas para minimização de riscos ou mesmo interromper as atividades para evitar eventos indesejados. Não! Em busca do lucro, aceleram-se os padrões de exploração dos minérios, custe o que custar.

Frente ao desastre acontecido, desnudam-se os interesses envolvidos. Governo federal e governo estadual calam-se, evitando dar os nomes aos bois. Afinal, a Samarco é uma empresa cuja composição acionária é 50% da Vale e 50% da BHP Billiton, um poderoso grupo anglo-australiano do ramo. As relações incestuosas entre setor público e setor privado são de tal ordem, que as ações pós-acidente continuaram a ser

coordenadas pela própria empresa e não pelos órgãos do poder público responsáveis pela gestão desse tipo de crise .

Doações eleitorais e rabo preso.

Pouco a pouco, à medida que as informações relativas a doações para campanhas eleitorais começam a ser reveladas, percebe-se de forma mais cristalina o impressionante poder que a Samarco e a Vale exercem sobre os agentes públicos. Quase todo mundo - em todos os níveis da administração pública e em todos os grandes partidos políticos - estava de rabo preso. Haviam recebido recursos milionários para custear as despesas do pleito e não ousavam aplicar à Samarco as regras da lei e as punições cabíveis.

Pessoas que morreram ou se feriram por conta do acidente? Comunidades próximas que sofreram e sofrerão consequências de toda a ordem por conta do impacto ocorrido? Cidades e populações que estão sentindo os efeitos secundários da passagem do mar de lama e o envenenamento do Doce e demais rios da região? Os efeitos danosos para as atividades econômicas ao longo de toda a faixa de extensão continental de Minas Gerais e Espírito Santo? Os impactos da chegada da lama sobre o delta do rio e a faixa litorânea do Oceano Atlântico? Tudo isso parece não fazer o menor sentido face à necessidade de preservar os interesses da empresa.

Os valores de multas inicialmente aventados revelam-se insuficientes face à dimensão dos malefícios causados e tornam-se irrelevantes frente a casos comparáveis em outros locais e países. Por outro lado, os valores tornados públicos para promover as indenizações relativas à reparação de danos e perdas humanas, materiais e ambientais tampouco são suficientes para dar conta das necessidades contabilizadas.

O que é mais bilionária: indenização ou sonegação?

A British Petroleum, por exemplo, fez um acordo para pagar US\$ 21 bilhões ao governo norte-americano, como indenização das consequências do acidente provocado por vazamento de óleo no Golfo do México em 2010. Ora, esse montante equivalente a R\$ 75 bi é muito superior aos levantamentos iniciais de R\$ 10 a 14 bi para o que ocorreu com a mina da Samarco. E a maioria dos especialistas avalia que os impactos do caso brasileiro são muito mais custosos do que o da BP. Mas os espaços dedicados na imprensa ao tema costumam chamar a atenção para as dificuldades da empresa - coitadinha! - em dar conta de tal responsabilidade.

Pouco se fala a respeito de possibilidade de cobertura do sinistro recorrendo ao expediente do resseguro. Esse procedimento é obrigatório em empreendimentos desse porte e a sociedade brasileira gostaria de saber a quantas anda esse dossiê. E mesmo, no limite, nada se debate sobre alternativa da União se valer do expediente da estatização do patrimônio da empresa concessionária e de sua controladora para fazer face a tal obrigação. Esses são casos típicos em que se pode aplicar o recurso à desapropriação de ativos privados. Inclusive pelo fato de que a Vale encabeça a lista dos maiores grupos devedores à União, com quase R\$ 42 bilhões de dívidas tributárias não quitadas. Em português claro: crime de sonegação.

Afinal, nunca é demais recordar que a Cia Vale do Rio Doce foi privatizada a preço de banana em maio de 1997, tendo sido sua propriedade entregue ao capital privado por apenas R\$ 3,3 bilhões. A título de comparação, para se ter uma noção de quão irrisório foi o valor da negociata, naquele mesmo ano, o lucro líquido da Vale foi quase 4 vezes superior ao valor da venda de seu patrimônio: R\$ 13 bi. E na sequência, os lucros anuais

foram sempre bilionários, atingindo o recorde histórico em 2011, quando chegou à cifra de R\$ 37 bi.

É claro que não se pode assegurar que, fosse a Vale ainda uma empresa estatal do governo federal, um acidente desse porte jamais teria acontecido. No entanto, o fato de ela estar na esfera pública, de forma mais transparente e direta, certamente poderia contribuir para um sistema mais adequado de controle de seu desempenho operacional. Isso porque a situação atual - por mais contraditório que possa parecer - da trama de poder da Vale envolve uma participação acionária majoritária do BNDES e de fundos de pensão vinculadas a empresas estatais. Isso significa dizer que a União teria 60,5% do poder na assembleia de acionistas. Ou seja, a velha estória de recursos públicos sendo apropriados e comandados pelo capital privado.

Enfim, seja a Vale um empresa estatal ou privada, o fato relevante é que as orientações de sua exploração sobre o solo e subsolo de nosso País devem passar por uma profunda reavaliação. Isso significa recuperar a natureza pública de nossos recursos naturais e romper com a lógica mesquinha da mercantilização desse potencial estratégico. Afinal, exportar minério de ferro extraído do Brasil a preços aviltantes para uma empresa do grupo na China e importar os trilhos lá manufaturados para construir as suas ferrovias em território brasileiro não é a melhor solução.

\* Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.

---

### **'Imposto verde' quer unir ação ambiental e competitividade. Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 26/11/2015**

Nem todos os economistas do Brasil têm olhos só para a crise do governo Dilma Rousseff. Alguns se preocupam também com a mudança do clima, tema da Conferência de Paris que começa segunda-feira (30), e perguntam: o que aconteceria se o país adotasse um imposto sobre o carbono?

A resposta se acha no primeiro estudo produzido pelo Instituto Escolhas, "Taxação sobre Carbono e Correção de Distorções Tributárias: Impactos Econômicos, Sociais, Ambientais no Contexto Brasileiro", com lançamento terça-feira (24).

O estudo contou com a supervisão do economista Bernard Appy. Membro do conselho científico do instituto, o ex-secretário-executivo e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo Lula (2003-2009) foi quem propôs o tema inaugural.

Nações tão díspares como Reino Unido, África do Sul, México e Japão estão adotando a via tributária para pôr um preço nas emissões de carbono (principalmente CO<sub>2</sub>, o mais comum dos gases do efeito estufa). O objetivo é desestimular a queima de combustíveis fósseis nos setores de energia e transportes, maiores fontes de poluição climática no mundo.

Se fosse apenas mais um imposto, a taxaçoão do carbono -na média do que se pratica no exterior, US\$ 10 por tonelada emitida de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono)- tiraria quase 0,2 ponto percentual do crescimento do PIB brasileiro. Se a alíquota do novo imposto fosse de US\$ 50 por tonelada de CO<sub>2</sub>, a queda seria de quase um ponto percentual do PIB. Como ele já cai sozinho para trás, seria mais um tiro no pé.

Haveria também impacto sobre um universo de 99.560 postos de trabalho: queda de 0,2 ponto percentual no caso da primeira alíquota e de um ponto, no da segunda. Por outro lado, as emissões caem apenas 1,2 milhão e 6 milhões de toneladas anuais, respectivamente.

"É importante ressaltar que os efeitos aqui analisados são de curto prazo", diz o estudo, "referindo-se apenas à redução na demanda por produtos intensivos em combustíveis fósseis e não considerando mudanças tecnológicas e/ou mudança de combustíveis, como, por exemplo, de gasolina para etanol, cujo impacto tende a ser muito mais relevante."

Só que a premissa do estudo nunca foi a de aumentar a arrecadação, e sim investigar o efeito de uma única cajadada para matar dois coelhos: introduzir um imposto moderno, já adotado em duas dezenas de países, para compensar a queda de receita que resultaria da melhora da qualidade de um tributo cheio de distorções como o PIS-Cofins.

"Os impactos de tal imposto [sobre carbono emitido com combustíveis fósseis] sobre a competitividade das empresas são os mais diversos", diz o sumário executivo do trabalho. "Idealmente, espera-se um efeito positivo sobre o mercado, pois a taxaço induz empresas a adotar práticas inovadoras, limpas e mais eficientes, tendendo a excluir a parcela das empresas ineficientes e relativamente mais poluidoras."

## VALOR AGREGADO

O primeiro defeito da PIS-Cofins dupla está na complicação. Há dois regimes em vigor, dependendo do tipo de empresa. O regime cumulativo tem alíquota de 3,65% sobre o faturamento, e as empresas não se apropriam de qualquer crédito, mas têm a competitividade de seus produtos prejudicada.

No regime não cumulativo, a alíquota é de 9,25%, e as firmas têm direito a crédito sobre os insumos adquiridos. Mas, para a Receita Federal, só geram créditos os insumos fisicamente incorporados ao produto. Na prática, abre-se um enorme contencioso entre empresas e fisco sobre o que deve ser considerado insumo, ou não.

Por conta dos vários defeitos do PIS-Cofins, o imposto se acumula ao longo da cadeia produtiva -o tributo pago numa etapa não é recuperado como crédito na etapa seguinte. A consequência é a perda de competitividade da produção nacional e uma organização ineficiente da estrutura produtiva do país.

Além disso, a legislação é cheia de regimes especiais, que tornam esse tributo muito complexo. As normas do PIS-Cofins, diz Appy, somam mais de 1.800 páginas. "É um inferno."

Na hipótese simulada pelo estudo do Escolhas, a simplificação tornaria esse tributo mais parecido com um imposto sobre valor agregado (IVA), não cumulativo. A alíquota seria de 6,6%, uniforme para todos os bens e serviços.

O cálculo do efeito da redução da cumulatividade apontou que a arrecadação do PIS-Cofins perderia R\$ 37,4 bilhões, de um total de R\$ 208 bilhões (a preços de 2011). O estudo utilizou uma matriz insumo-produto da economia brasileira, com dados do Sistema de Contas Nacionais e do Balanço Energético Nacional, ambos de 2011.

No cenário esmiuçado pelo estudo, o imposto sobre carbono entraria com a missão de compensar essa quebra de receita. Em outras palavras, nasceria um imposto neutro em



termos de arrecadação, mas para isso a alíquota teria de ser de US\$ 36 por tonelada de CO2.

De acordo com as projeções do Instituto Escolhas, a compensação não resultaria num jogo de soma zero, mas em saldo positivo. Não só não haveria ameaça ao equilíbrio fiscal como o aperfeiçoamento do PIS-Cofins favoreceria os preços relativos de vários produtos que o Brasil exporta, com aumento da competitividade externa e discreto incremento no PIB (0,47 ponto percentual).

"Se a introdução do imposto sobre emissões for acompanhada de medidas compensatórias de desoneração das exportações e oneração das importações, o impacto sobre a competitividade será positivo para todos os setores", afirma o sumário executivo.

"Não estamos defendendo que se faça isso", apressa-se em esclarecer Appy. "Nosso objetivo é trazer os números para a discussão. Não sei nem se um imposto é o melhor [meio de precificar o carbono] para o Brasil."

## PELO TETO

A alternativa, também adotada em vários países, são sistemas de comércio de emissões (ETS, na sigla em inglês). O dispositivo também ficou conhecido como "cap-and-trade" (teto e comércio de emissões).

Neste caso, um governo de início fixa a quantidade máxima de CO2 que um ou mais setores da economia poderão emitir em determinado período. Essa quantia-teto é então repartida em permissões distribuídas entre as empresas, que podem ainda comprá-las e vendê-las.

A filosofia do "cap-and-trade" é criar um incentivo para que firmas se esforcem por reduzir suas emissões abaixo da cota recebida, pois a que tiver sucesso nisso poderá obter receita financeira com a venda dos créditos que sobrarem. Empresas com maior dificuldade de se descarbonizar seriam os compradores.

A vantagem desse sistema é que se conhece de antemão, de forma precisa, quanto será emitido por várias empresas de um ou mais setores. Já o imposto se mostra mais promissor quando o objetivo de um governo é diminuir as emissões de um setor oligopolizado, como o de energia no caso da África do Sul, em que o reduzido número de companhias não sustentaria um mercado eficiente.

## SOB MEDIDA

"Não existe sistema mais fácil ou mais adequado", afirma Alexandre Kossoy, economista brasileiro da Unidade de Finanças de Carbono no Banco Mundial. "Há situações diferentes em cada jurisdição [países ou governos regionais]."

Por essa razão Kossoy não vê preferência por esse ou aquele sistema no Brasil. "É muito difícil fazer algum tipo de hipótese." Ele chama a atenção para o fato de que as emissões nacionais se concentrarem em setores (desmatamento e agropecuária) que não são os tradicionalmente visados (energia e transportes) por esquemas de precificação de carbono em outros países.

Para cumprir a meta de reduzir 43% das emissões até 2030, portanto, o Brasil precisará de algo mais que um imposto sobre combustíveis fósseis.

Mas, tendo em vista que a geração de eletricidade se faz cada vez mais com eles e que a política de preços da Petrobras prejudicou o mercado de etanol, um tributo sobre carbono alvejaria justamente os setores mais poluidores. E, com isso, surgiria um incentivo para adotar mais fontes renováveis de energia (eólica, solar e biomassa/biocombustíveis).

O Ministério da Fazenda, em parceria com o Banco Mundial, já conduz estudos sobre opções e impactos da precificação das emissões de gases do efeito estufa no Brasil. A meta é produzir conclusões e recomendações até o fim de 2017.

---

### **Encontro discute o protagonismo das mulheres na produção orgânica de alimentos. Catiana de Medeiros – Site do MST. 26/11/2015**

*O evento aconteceu na Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, no Assentamento Santa Rosa, e reuniu cerca de 150 mulheres de 17 assentamentos do município*

Da Página do MST

A Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec) realizou, nesta quarta-feira (25), o 4º Encontro de Mulheres Assentadas Camponesas da Regional de Tupanciretã, no Centro do Rio Grande do Sul.

O evento aconteceu na Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, no Assentamento Santa Rosa, e reuniu cerca de 150 mulheres de 17 assentamentos do município e de um acampamento do MST de Cruz Alta.

De acordo com o coordenador do núcleo operacional da Coptec, Roberto Lima, o intuito do encontro também foi valorizar o trabalho das mulheres camponesas através do incentivo à produção de alimentos orgânicos e contribuir para a superação da opressão de gênero.

Neste sentido, esta quarta edição contou com dois painéis temáticos: um deles sobre a violência contra a mulher, com a participação da dirigente nacional do MST, Sílvia Reis Marques; e outro sobre Reforma Agrária Popular, a produção de alimentos saudáveis e os riscos do uso de agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente.

“Foi uma oportunidade de refletirmos sobre os tipos de violência e as formas de denunciar e combatê-las, assim como estimular a produção de alimentos sem venenos e a organização das mulheres para a comercialização dos mesmos, uma vez que elas são protagonistas nesse processo”, explica Juliana de Almeida Costa, da coordenação do evento.

Encerrando o encontro foram realizadas ações para auxiliar na organização dos grupos nos assentamentos de Tupanciretã, entre elas, oficina de avaliação entre as mulheres e do encontro junto à coordenação.

No mesmo dia, paralelo à atividade das mulheres, aconteceu o 2º Encontro Regional das Crianças Assentadas, que contou com cantigas, oficinas e diversas brincadeiras.

---

### **A resistência da agroecologia no Pantanal. Najara Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 27/11/2015**

*A produção agroecológica é uma realidade que os donos do poder - os mesmos que comandam a produção de commodities - fazem de tudo para não dar visibilidade*

Cáceres (MT) – Na verdade trabalhar com este tema no estado campeão na produção de soja, com mais de 24 milhões de toneladas, com uma percentagem de veneno distribuída entre a população de quase 10 litros por habitante é um risco sério, que inclui ameaças de todos os tipos, boicote dos governos estadual e municipais e a descrença de muitos agricultores e agricultoras, depois de muitos anos de abandono. O termo correto seria resiliência dos grupos organizados na FASE, no Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e no Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), que trabalham com agricultura familiar e agroecologia. O GIAS está comemorando 15 anos e durante dois dias – 26 e 27 de novembro – realiza um Seminário sobre Comercialização e Certificação de Produtos Agroecológicos. No evento também foram apresentados os resultados do Projeto Agroecologia em Rede, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que envolve o perfil de três agroecossistemas do Sudoeste do Mato Grosso, onde Cáceres, cidade fundada há 240 anos na beira do rio Paraguai e na fronteira com a Bolívia com 90 mil habitantes é o polo regional. Os técnicos da FASE participaram do levantamento de dados e das discussões dos três famílias analisadas.

A região de Cáceres têm 20 assentamentos e quase 1800 famílias e segundo o INCRA no estado são 546 assentamentos envolvendo 84.271 famílias. Esta é uma realidade que os donos do poder no estado, que são os mesmos que comandam a produção de commodities, alguns presentes no Congresso Nacional, como o senador Blairo Maggi, outros são integrantes raivosos da Bancada Ruralista, fazem de tudo para não dar visibilidade. É a política da negação acima de tudo. Não existe outra possibilidade de produzir alimentos, muito menos saudáveis. É uma questão econômica, social, ambiental e ideológica. Para essas figuras do agronegócio as populações tradicionais, indígenas, quilombolas, migrantes que vieram de várias partes do Brasil – antes da entrada dos sulistas – são preguiçosos, não gostam de ganhar dinheiro, não tem ambição. E isso não combina com a política seletiva, exclusivista e racista dos dirigentes do agronegócio.

#### Encontro à beira do rio Paraguai

O evento acontece numa chácara na periferia da cidade, mas que tem como fundo o rio Paraguai e as dezenas de aves do Pantanal cruzando a todo momento. Mas é neste ambiente que o povo resiste e defende suas ideias, suas práticas, seus alimentos, sua cultura, sua educação e suas demandas. A discussão, muitas vezes é técnica, embora importante, longe dos problemas das metrópoles, mas traz na essência o fermento de um país que se organiza em grupo e que cada vez mais quer participar e executar as políticas públicas que decidem sobre o futuro da nação. E mais uma vez, como é corrente nos encontros de agroecologia, as mulheres são protagonistas. Para mostrar este momento histórico na beira do rio Paraguai, que conta a história da região e das lutas dos movimentos sociais conversei com quatro representantes, quatro lideranças expressivas e totalmente inseridas na agroecologia e na agricultura familiar. São elas: Fátima Aparecida Moura, a Cidinha, nascida em Jauru, filha de mineiros que migraram para a região e coordenadora da FASE no MT, além de agrônoma.

#### Protagonismo das mulheres no Pantanal

Erica Sato, presidenta da Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Alexandra Mendes Leite, indígena do grupo dos Chiquitanos, moram em duas aldeias em Porto Espiridião – a maior parte desta população mora do outro lado da fronteira, são 40 mil- com 350 pessoas e ela é presidente da Associação de Jovens

Niorsch Haukina, que na língua dos Chiquitanos significa semente nativa – durante a ditadura eles foram proibidos de falar a língua materna. E Marinalva Paula da Silva, educadora no assentamento Roseli Nunes, onde trabalha na Escola Estadual Madre Cristina, com 400 alunos, incluindo turmas de EJA, uma escola construída pelos assentados, dirigida para os agricultores e agricultoras familiares, com grade curricular própria, voltada para atender as suas necessidades, valorizando seus conhecimentos, e da tradição dos sem terra, enfim ”uma escola do campo no campo”. Muito importante: a escola não tem muros ou grades, é aberta à comunidade.

Morreram muitos sem terra

A luta pela terra começou durante os anos 1980 com a concentração de migrantes, a expansão da fronteira agrícola em direção à Rondônia, com o desmatamento assumindo proporções graves. A FASE começou a trabalhar no MT em 1987, mas em Mirassol do Oeste, cidade homônima do município paulista, localizada no Vale do rio Guaporé, onde existe uma mancha de terra preta, muito fértil. Cidinha relembra as mortes ocorridas na região a mando dos capangas dos fazendeiros, massacre como o de Mirassolzinho, entre outros episódios. Em 1994 a FSE chegou à Cáceres, na mesma época o MST iniciava sua atividade no MT.

É preciso entender que, nesta região, uma entidade que defende as populações tradicionais, sem terras ou despossuídos é vital para enfrentar qualquer tipo de luta. Durante a ditadura todos os planos oficiais envolviam a economia de escala e a chegada de agricultores sulistas com experiência em executar o pacote tecnológico das multinacionais agroquímicas. Os pobres, na verdade, só podiam contar com as comunidades apoiadas pela igreja católica e as organizações que defendiam os direitos humanos como a FASE.

GIAS semeando agroecologia no MT

Em 2000, com a criação do GIAS começa a se organizar um movimento de denúncia contra os impactos da expansão da soja e do modelo do agronegócio, que desmatava sem limites e poluía as águas e o solo com os venenos – sem contar a contaminação das populações e dos alimentos que existiam nos biomas como cerrado, pantanal e Amazônia. Cáceres ainda se manteve distante da soja por muitos anos, somente em 2010, começaram o plantio em Mirassol do Oeste, a cerca de 40 km, onde está localizado o assentamento Roseli Nunes, onde está a Escola Estadual Madre Cristina.

Entretanto, a organização dos movimentos sociais não ficou apenas na denúncia, logo depois foram criados os programas PAA e PNAE, dando acesso à agricultura familiar às políticas públicas. Sem contar a possibilidade de gerar renda e trabalho para os assentados. Dessa forma, começaram as iniciativas extrativistas, frutas do cerrado que não eram aproveitados, como o pequi, o cumbaru e o babaçu. Como disse Erica Sato, presidente da ARPEP, no início nem os maridos acreditavam que ia dar certo, que era impossível transformar os frutos em alimentos. Hoje em dia, a associação, integrada por seis outros grupos, produz 25 mil quilos de pães e biscoitos feitos com farinhas das frutas misturadas com trigo. E são entregues em escolas e entidades da região, através dos programas do governo federal.

Chiquitanos, o povo da fronteira Brasil-Bolívia

Em 2014, a ARPEP lançou na primeira feira de produtos do cerrado de Cáceres a marca comercial “Do Cerrado”, depois de ganhar um prêmio da Secretaria Nacional das Mulheres, em Brasília. Alexandra Mendes Leite é a liderança dos Chiquitanos, jovem,

lúcida e decidida, participa da Associação de Mulheres Indígenas do MT, conta com 12 etnias afiliadas, das 42 que ainda resistem no estado. A preocupação deles, quando iniciaram o movimento pela recuperação das tradições – língua, música, dança, artesanato – e produção de alimentos, com o máximo de independência da cidade, o motivo da desagregação dos jovens. Foram buscar informações, participação nos movimentos sociais e a agroecologia. Capacitaram vários integrantes da juventude, definindo as áreas importantes que precisavam atuar – formaram enfermeiros, técnicos agrícolas – agora oitos deles estudam na Universidade Federal do MT, alguns em outras universidades, inclusive ela que está cursando Gerenciamento de Sistemas em uma faculdade privada de Pontes e Lacerda.

Escola aberta sem muro ou grade

Marinalva Paula da Silva é educadora na Escola Estadual Madre Cristina no assentamento Roseli Nunes, onde moram 330 famílias. Ela pertencia ao acampamento Paulo Freire, que foi despejado muitas vezes. Acamparam seis meses na frente da sede do INCRA em Cuiabá. Depois, foram incluídos no assentamento Roseli Nunes, uma fazenda de 15 mil hectares. A escola é o orgulho da comunidade, porque foi construída pelos próprios assentados, cada um contribuindo com uma parcela em dinheiro. A grade curricular foi discutida pela comunidade e os objetivos da escola também. Uma educação voltada para a produção de alimentos de verdade, valorizando o conhecimento dos moradores da localidade e sempre mantendo o orgulho aceso da luta histórica pela terra.

É uma referência como escola do campo para o estado e já recebeu visitas de representantes de outros países. As famílias participam dos eventos, das discussões, da pontuação dos educadores, que recebem pontos por participação nos movimentos sociais. Como diz Marinalva da Silva “somos um coletivo muito organizado”. E mantém um curso profissionalizante em agroecologia. Além de educadora, ela é assentada, trabalha no lote nos finais de semana. Acabou de gradear uma área para plantar mais de 400 ramos de mandioca, e uns carreirões de milho. E mantém uma criação de porcos. Continua estudando, faz uma especialização em políticas públicas e economia solidária na Universidade Estadual. Não esquece o detalhe: nossa escola não tem grade ou muro e é aberta a comunidade.

---

**Sem Terra apontam a agroecologia como modo de vida capaz de garantir a Soberania Alimentar – Site do MST. 27/11/2015**

*“A agroecologia envolve as famílias num processo de construção social através de uma relação harmônica com a natureza”*

Por Coletivo de Comunicação da Bahia

Começou nessa quarta-feira (25) e vai até o próximo sábado (28), o Encontro Nacional do Setor de Produção do MST, na Escola popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no Prado, Extremo Sul da Bahia.

O evento conta com a participação de 100 trabalhadores Sem Terra de todas as regiões do Brasil que tem como objetivo debater a conjuntura sócio-política nacional, o avanço do agronegócio, as ameaças do capital à Soberania Alimentar e a organicidade do setor de produção, cooperação e meio ambiente.

Os trabalhadores também estão pautando a agroecologia como um modo de vida capaz de superar a lógica do capital e de construir a Reforma Agrária Popular.

Para João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, a classe trabalhadora é a mais afetada diante do avanço do capital financeiro internacional e das crises econômica, política e social que assolam o país.

“Os efeitos da avanço do capital no campo, em especial os monocultivos da cana de açúcar e do eucalipto, têm trazido problemas sócio-ambientais seríssimos e ameaça diretamente a soberania alimentar do Brasil”, afirmou.

“Soma se a isso, o avanço do capital através da indústria química que tem trazido centenas de prejuízos a saúde da população, em especial quando se refere ao uso intensivo dos agrotóxicos e dos agroquímicos”, concluiu.

Frente a essa lógica, os Sem Terra entendem a agroecologia como ferramenta capaz romper com o modelo de produção do capital, fomentando novas relações sociais baseadas na solidariedade e no respeito a natureza e ao ser humano.

Nesse sentido Antônio de Miranda, da direção nacional, afirma que a agroecologia, além de revitalizar a biodiversidade do solo, traz outra compreensão na formação e na produção dos trabalhadores.

“A agroecologia envolve as famílias num processo de construção social através de uma relação harmônica com a natureza”, afirmou Miranda.

Para Elizabeth Rocha, da direção nacional do MST, a socialização das experiências do processo de construção da agroecologia a partir dos acampamentos e nos territórios constituídos em assentamentos servem como elemento integrador da implantação da Reforma Agrária Popular.

“A Reforma Agrária Popular constitui hoje numa construção que tem como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade e a recuperação dos recursos naturais que estão sendo dizimados pelo capital”, conclui Rocha.

---

### **Educação pela lama: ambientalismo em tempos de polarização. Rodrigo Nunes – Folha de São Paulo, Ilustríssima. 29/11/2015**

**RESUMO** O ambientalismo que surgiu nos anos 1960 e se modificou com o fim da Guerra Fria precisa se reinventar e superar polarizações políticas que fazem questões desaparecer e paralisam o debate. Para enfrentar ameaças de grandes empresas é preciso alianças entre comunidades afetadas, movimentos sociais e indivíduos.

Passado o choque das cenas de terror do último dia 13, muitos dos grupos que se preparavam para convergir em Paris nas próximas semanas a fim de pressionar os governos reunidos no encontro da ONU sobre mudanças climáticas devem ter pensado que os maiores interessados em que tudo continue como está tinham saído indiretamente vitoriosos dos atentados.

Afinal, toda polarização entre um "nós" e um "eles" tem o efeito colateral, deliberadamente manejado por quem dele se beneficia, de fazer certas questões e sujeitos desaparecerem do debate público.

A guerra ao terror, roteiro escrito colaborativamente por líderes ocidentais e organizações como Al Qaeda e Daesh [EI], tem sido há mais de uma década a mais



conveniente dessas grandes narrativas dicotômicas, limitando o espaço para a crítica de um sistema global que segue avançando inercialmente apesar de tropeçar em cada vez mais crises (financeira, geopolítica, ambiental, de representação, refugiados, reprodução social...).

Em nosso contexto local, como se viu desde junho de 2013, é a guerra supostamente santa entre PT e oposição que cumpre esse papel: polarização cada vez mais fictícia em cujos limites estreitos tenta-se forçar toda novidade, ela serve para ocultar a autorreferência crescente do sistema político e sua captura por interesses corporativos, bem como a crise de representação decorrente daí.

Assim como toda grande polarização oculta, a visibilidade de novos problemas pode ser tomada como sinal de sua perda de força. É significativo que os sinais de uma reação a meses de uma ofensiva conservadora patrocinada ora pelo governo, ora pela oposição, têm aparecido em torno de questões que não se deixam reduzir facilmente a esse leito de Procusto.

Embora não deixem de identificar vilões claros, a luta das mulheres pelo direito a seus corpos, a ocupação das escolas em São Paulo e as manifestações contra a Vale que se seguiram ao maior crime ambiental da história do país não apontam para nenhum herói entre a classe política –sinal claro de que sabem dever contar sobretudo com elas mesmas, e que é cada vez mais difícil perceber diferenças entre os diversos partidos.

## LAMA

A tragédia que ocorreu de Mariana até o litoral do sudeste brasileiro é exemplar. Sua lama nivelou políticos, partidos, órgãos de Estado e de imprensa, organizações e indivíduos com laços de financiamento com a Vale e a indústria da mineração, expondo mais uma vez o segredo de polichinelo de que empresas não fazem doações, mas investimentos, e nada compra respeitabilidade junto ao poder público e à sociedade civil melhor que o próprio dinheiro.

Desta vez, a tentativa de reincorporar a questão à falsa polarização consistiu em trazer à baila o tema da privatização da Vale, como se ser estatal subtraísse uma empresa ao imperativo de tratar o meio ambiente ao mesmo tempo como "externalidade positiva" e repositório de "externalidades negativas", mas sobretudo como se o fortalecimento do setor mineiro (com o que isso implica em flexibilização legislativa e leniência fiscalizatória) não fosse uma aposta fundamental do modelo econômico da última década.

Talvez a própria pujança das imagens do desastre tenha contribuído para consignar essa manobra a seu devido lugar. Mas a tragédia e a reação incipiente que se tem observado –dos protestos em frente a sedes da empresa até o corte das linhas ferroviárias da Vale pelo povo krenak– também têm algo a dizer sobre os limites do ambientalismo. Ou antes, das práticas e do discurso que, no imaginário midiático e da maioria das pessoas, se costuma associar a esse nome.

Aquilo que hoje entendemos por ambientalismo começa a tomar forma na virada dos anos 1960 para os anos 70, no contexto da contracultura e da bifurcação na linha evolutiva da esquerda mundial que foi 1968. Ou seja, de saída, a preocupação ambiental e a política que dela segue se situam diagonalmente em relação à grande bipolarização da Guerra Fria, em que ambos os lados se igualavam em sua fé no crescimento material infinito. Como muito da nova política surgida no período, o ambientalismo contestava ao mesmo tempo os efeitos do livre jogo dos interesses capitalistas (da alienação à

destruição do meio ambiente) e o estadocentrismo tecnocrático da maior parte da esquerda.

O desaparecimento de um dos polos da dicotomia na qual o ambientalismo surgia como "tertium non datur" teria, contudo, um efeito determinante para seu desenvolvimento posterior. O descrédito e colapso do bloco soviético implicava, nas décadas de 80 e 90, o fim da perspectiva de um futuro não capitalista: como na famosa frase de Fredric Jameson, tornava-se mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo. Saía de cena a ideia de uma mudança sistêmica, substituída pela mitigação localizada de seus efeitos.

Não por menos, muito do que conhecemos como ambientalismo hoje está de algum modo integrado ao orçamento de responsabilidade social das indústrias ambientalmente agressivas, como petróleo, mineração e agronegócio. A perda de um horizonte mais amplo de transformação foi elaborada como oportunidade política em outras duas características fundamentais do ambientalismo mainstream.

A primeira era a transformação de uma crítica das grandes escalas (em economia tanto quanto em política) na ideia de ação local como participação de baixo custo, no mais das vezes mediada pelo mercado: todos podiam fazer algo pelo ambiente do conforto de seu lar, a partir de uma mudança de atitude individual –normalmente, de consumo.

A segunda era a promoção de uma política sem antagonismo: sai a demarcação schmittiana entre "nós" e "eles", proletariado e burguesia, e entra um tema que "diz respeito a todos", "afeta a todos da mesma maneira". Ao invés da solidariedade com alguns humanos contra outros, uma comunhão difusa com a humanidade e a natureza e, por vezes, mesmo com a natureza contra a humanidade, erroneamente compreendidas como termos mutuamente exclusivos.

Isso não deixou, no seu contexto, de ter certa eficácia; seus limites, no entanto, sempre foram bastante claros, e tanto mais agora. Dado que seu sujeito não era coletivo, mas individual (o que cada um pode fazer), não estranha a dificuldade do ambientalismo em desenvolver uma base social mobilizada. Tampouco estranha que o interesse de todos nós tenha tido relativamente pouca penetração entre aqueles que enfrentam necessidades materiais mais prementes, motivo pelo qual esse ambientalismo raramente chegou além dos limites da classe média.

## CADA UM

À medida em que aumenta a consciência do tamanho da crise ocasionada pelas mudanças climáticas, o eterno apelo àquilo que cada um pode fazer parece gerar uma dissonância cognitiva crescente. Como acreditar que pequenas medidas individuais possam servir de resposta a um desafio enormemente complexo de escala global? Como acreditar no súbito despertar da consciência do que é do interesse de todos, se há anos o conflito de interesses econômicos e políticos impede qualquer avanço significativo nas negociações do clima?

Essa dissonância cognitiva não pode deixar de ter um efeito desmobilizador. Assim como empresas e governos preferem enfiar a cabeça na areia, também muito do ambientalismo –seja por conta dos compromissos de alguns com seus financiadores e parceiros, seja pela incapacidade de outros de escapar à armadilha da identidade política que construíram para si–, ao manter em seu discurso o brutal descompasso entre o gigantismo do diagnóstico e o nanismo dos remédios, colabora para que todos o façam.

Como ficou claro de novo com o desastre da Vale/Samarco, no curto e médio prazos da lógica econômica, as questões ambientais não são do interesse de todos, mas jogam uns muito poucos que têm muito a lucrar contra muitos que têm muito a perder. O problema, como sempre, é que, se os poucos têm plena consciência de seus interesses e muitos recursos para jogar coletivamente, os muitos entram no jogo de maneira atomizada, insuficientemente informados sobre riscos que acabam por assumir em troca de emprego, renda, subsistência. (É nesse contexto que se deve compreender a adesão de moradores da região afetada a uma campanha que declarava: "Somos Todos Samarco".)

Diante da escala de um desastre como esse, ou de um problema como o aquecimento global, uma conclusão se impõe: a força dos interesses econômicos e políticos da mineração (e do petróleo, do agronegócio etc.) só poderá ser neutralizada por uma força proporcional na direção contrária.

Como demonstrou recentemente a vitória contra o gasoduto Keystone XL nos EUA, apenas grandes alianças entre comunidades afetadas, movimentos sociais, grupos de pressão e indivíduos, capazes de captar a atenção do debate público e de agir diretamente onde dói mais (no balanço das empresas), estão à altura do tipo de desafio que temos pela frente.

Para isso, será preciso que o ambientalismo (se é que esse será o nome que essa mutação assumirá) saiba se reinventar, abandonando aqueles dois pilares de sua identidade comentados acima.

O tempo dos antagonismos e da organização coletiva voltou. A oportunidade política para isso existe, não só pelo crescimento do debate em torno das mudanças climáticas mas precisamente porque a questão ambiental se situa para além da bipolarização que paralisou o debate nos últimos anos.

Para tanto, será necessário desfazer o nó discursivo que foi um dos grandes desserviços ao debate público prestados pelo PT: a ideia de que o único caminho para um país mais igualitário passe por fortalecer setores e tendências econômicas que produzem tragédias.

RODRIGO NUNES, professor de filosofia moderna e contemporânea na PUC-Rio, é autor de "Organisation of the Organisationless" (Mute) e editou dossiê sobre as manifestações de 2013 para a revista "Les Temps Modernes".

---

### **A resistência da agroecologia no Pantanal. Najar Tubino – Site do MST. 30/11/2015**

*A produção agroecológica é uma realidade que os donos do poder - os mesmos que comandam a produção de commodities - fazem de tudo para não dar visibilidade*

Da Página do MST

Na verdade trabalhar com este tema no estado campeão na produção de soja, com mais de 24 milhões de toneladas, com uma percentagem de veneno distribuída entre a população de quase 10 litros por habitante é um risco sério, que inclui ameaças de todos os tipos, boicote dos governos estadual e municipais e a descrença de muitos agricultores e agricultoras, depois de muitos anos de abandono. O termo correto seria resiliência dos grupos organizados na FASE, no Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e no Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável

(GIAS), que trabalham com agricultura familiar e agroecologia. O GIAS está comemorando 15 anos e durante dois dias – 26 e 27 de novembro – realiza um Seminário sobre Comercialização e Certificação de Produtos Agroecológicos. No evento também foram apresentados os resultados do Projeto Agroecologia em Rede, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que envolve o perfil de três agroecossistemas do Sudoeste do Mato Grosso, onde Cáceres, cidade fundada há 240 anos na beira do rio Paraguai e na fronteira com a Bolívia com 90 mil habitantes é o polo regional. Os técnicos da FASE participaram do levantamento de dados e das discussões dos três famílias analisadas.

A região de Cáceres têm 20 assentamentos e quase 1800 famílias e segundo o INCRA no estado são 546 assentamentos envolvendo 84.271 famílias. Esta é uma realidade que os donos do poder no estado, que são os mesmos que comandam a produção de commodities, alguns presentes no Congresso Nacional, como o senador Blairo Maggi, outros são integrantes raivosos da Bancada Ruralista, fazem de tudo para não dar visibilidade. É a política da negação acima de tudo. Não existe outra possibilidade de produzir alimentos, muito menos saudáveis. É uma questão econômica, social, ambiental e ideológica. Para essas figuras do agronegócio as populações tradicionais, indígenas, quilombolas, migrantes que vieram de várias partes do Brasil – antes da entrada dos sulistas – são preguiçosos, não gostam de ganhar dinheiro, não tem ambição. E isso não combina com a política seletiva, exclusivista e racista dos dirigentes do agronegócio.

#### Encontro à beira do rio Paraguai

O evento acontece numa chácara na periferia da cidade, mas que tem como fundo o rio Paraguai e as dezenas de aves do Pantanal cruzando a todo momento. Mas é neste ambiente que o povo resiste e defende suas ideias, suas práticas, seus alimentos, sua cultura, sua educação e suas demandas. A discussão, muitas vezes é técnica, embora importante, longe dos problemas das metrópoles, mas traz na essência o fermento de um país que se organiza em grupo e que cada vez mais quer participar e executar as políticas públicas que decidem sobre o futuro da nação. E mais uma vez, como é corrente nos encontros de agroecologia, as mulheres são protagonistas. Para mostrar este momento histórico na beira do rio Paraguai, que conta a história da região e das lutas dos movimentos sociais conversei com quatro representantes, quatro lideranças expressivas e totalmente inseridas na agroecologia e na agricultura familiar. São elas: Fátima Aparecida Moura, a Cidinha, nascida em Jauru, filha de mineiros que migraram para a região e coordenadora da FASE no MT, além de agrônoma.

#### Protagonismo das mulheres no Pantanal

Erica Sato, presidenta da Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Alexandra Mendes Leite, indígena do grupo dos Chiquitanos, moram em duas aldeias em Porto Espiridião – a maior parte desta população mora do outro lado da fronteira, são 40 mil- com 350 pessoas e ela é presidente da Associação de Jovens Niorsch Haukina, que na língua dos Chiquitanos significa semente nativa – durante a ditadura eles foram proibidos de falar a língua materna. E Marinalva Paula da Silva, educadora no assentamento Roseli Nunes, onde trabalha na Escola Estadual Madre Cristina, com 400 alunos, incluindo turmas de EJA, uma escola construída pelos assentados, dirigida para os agricultores e agricultoras familiares, com grade curricular própria, voltada para atender as suas necessidades, valorizando seus conhecimentos, e

da tradição dos sem terra, enfim ”uma escola do campo no campo”. Muito importante: a escola não tem muros ou grades, é aberta à comunidade.

Morreram muitos sem terra

A luta pela terra começou durante os anos 1980 com a concentração de migrantes, a expansão da fronteira agrícola em direção à Rondônia, com o desmatamento assumindo proporções graves. A FASE começou a trabalhar no MT em 1987, mas em Mirassol do Oeste, cidade homônima do município paulista, localizada no Vale do rio Guaporé, onde existe uma mancha de terra preta, muito fértil. Cidinha relembra as mortes ocorridas na região a mando dos capangas dos fazendeiros, massacre como o de Mirassolzinho, entre outros episódios. Em 1994 a FSE chegou à Cáceres, na mesma época o MST iniciava sua atividade no MT.

É preciso entender que, nesta região, uma entidade que defende as populações tradicionais, sem terras ou despossuídos é vital para enfrentar qualquer tipo de luta. Durante a ditadura todos os planos oficiais envolviam a economia de escala e a chegada de agricultores sulistas com experiência em executar o pacote tecnológico das multinacionais agroquímicas. Os pobres, na verdade, só podiam contar com as comunidades apoiadas pela igreja católica e as organizações que defendiam os direitos humanos como a FASE.

GIAS semeando agroecologia no MT

Em 2000, com a criação do GIAS começa a se organizar um movimento de denúncia contra os impactos da expansão da soja e do modelo do agronegócio, que desmatava sem limites e poluía as águas e o solo com os venenos – sem contar a contaminação das populações e dos alimentos que existiam nos biomas como cerrado, pantanal e Amazônia. Cáceres ainda se manteve distante da soja por muitos anos, somente em 2010, começaram o plantio em Mirassol do Oeste, a cerca de 40 km, onde está localizado o assentamento Roseli Nunes, onde está a Escola Estadual Madre Cristina.

Entretanto, a organização dos movimentos sociais não ficou apenas na denúncia, logo depois foram criados os programas PAA e PNAE, dando acesso à agricultura familiar às políticas públicas. Sem contar a possibilidade de gerar renda e trabalho para os assentados. Dessa forma, começaram as iniciativas extrativistas, frutas do cerrado que não eram aproveitados, como o pequi, o cumbaru e o babaçu. Como disse Erica Sato, presidente da ARPEP, no início nem os maridos acreditavam que ia dar certo, que era impossível transformar os frutos em alimentos. Hoje em dia, a associação, integrada por seis outros grupos, produz 25 mil quilos de pães e biscoitos feitos com farinhas das frutas misturadas com trigo. E são entregues em escolas e entidades da região, através dos programas do governo federal.

Chiquitanos, o povo da fronteira Brasil-Bolívia

Em 2014, a ARPEP lançou na primeira feira de produtos do cerrado de Cáceres a marca comercial “Do Cerrado”, depois de ganhar um prêmio da Secretaria Nacional das Mulheres, em Brasília. Alexandra Mendes Leite é a liderança dos Chiquitanos, jovem, lúcida e decidida, participa da Associação de Mulheres Indígenas do MT, conta com 12 etnias afiliadas, das 42 que ainda resistem no estado. A preocupação deles, quando iniciaram o movimento pela recuperação das tradições – língua, música, dança, artesanato – e produção de alimentos, com o máximo de independência da cidade, o motivo da desagregação dos jovens. Foram buscar informações, participação nos movimentos sociais e a agroecologia. Capacitaram vários integrantes da juventude,

definindo as áreas importantes que precisavam atuar – formaram enfermeiros, técnicos agrícolas – agora oitos deles estudam na Universidade Federal do MT, alguns em outras universidades, inclusive ela que está cursando Gerenciamento de Sistemas em uma faculdade privada de Pontes e Lacerda.

Escola aberta sem muro ou grade

Marinalva Paula da Silva é educadora na Escola Estadual Madre Cristina no assentamento Roseli Nunes, onde moram 330 famílias. Ela pertencia ao acampamento Paulo Freire, que foi despejado muitas vezes. Acamparam seis meses na frente da sede do INCRA em Cuiabá. Depois, foram incluídos no assentamento Roseli Nunes, uma fazenda de 15 mil hectares. A escola é o orgulho da comunidade, porque foi construída pelos próprios assentados, cada um contribuindo com uma parcela em dinheiro. A grade curricular foi discutida pela comunidade e os objetivos da escola também. Uma educação voltada para a produção de alimentos de verdade, valorizando o conhecimento dos moradores da localidade e sempre mantendo o orgulho aceso da luta histórica pela terra.

É uma referência como escola do campo para o estado e já recebeu visitas de representantes de outros países. As famílias participam dos eventos, das discussões, da pontuação dos educadores, que recebem pontos por participação nos movimentos sociais. Como diz Marinalva da Silva “somos um coletivo muito organizado”. E mantém um curso profissionalizante em agroecologia. Além de educadora, ela é assentada, trabalha no lote nos finais de semana. Acabou de gradear uma área para plantar mais de 400 ramos de mandioca, e uns carreirões de milho. E mantém uma criação de porcos. Continua estudando, faz uma especialização em políticas públicas e economia solidária na Universidade Estadual. Não esquece o detalhe: nossa escola não tem grade ou muro e é aberta a comunidade.

---

### **Vamos passar vergonha em Paris. Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 30/11/2015**

O Brasil passará vergonha na conferência sobre a tragédia climática que começa hoje em Paris, a COP-21, com na goleada de 7 a 1 na Copa, um ano atrás. O vexame vai começar quando o mundo vir com clareza que são falsos os discursos do governo brasileiro sobre o desmatamento da Amazônia.

Seguirá tomando bolas nas costas quando os negociadores observarem em detalhe que os planos oficiais brasileiros, como o acenado pela presidente Dilma Rousseff, na Assembleia Geral em Nova York, são castelos de cartas improvisados por burocratas de Brasília, como a ministra Izabella Teixeira, sem capacidade de realização: todo o resto da sociedade, dos fiscais federais aos governos de Estado e a opinião pública estão de braços cruzados enquanto os desmatadores trabalham livremente e a presidente concentra energias para evitar um impeachment.

Três dias antes da abertura da conferência, na última sexta-feira, porque não foi possível esconder como no ano passado, a ministra do Meio Ambiente apresentou o relatório sobre o desmatamento, que mostra que ele cresceu 16% entre julho de 2014 e 2015 sobre igual período de 2013/14. Vale lembrar que nos dois períodos anteriores também houve crescimento (que então a presidente Dilma disse ser apenas um acidente de percurso, prometendo que a curva iria ser revertida. Só que não!).



No ano passado, o Planalto praticou uma "pedalada" (em verdade, um estelionato eleitoral), quando o órgão responsável pelo relatório, o Inpe, negou à opinião pública os dados por que havia uma campanha em curso (e o resultado era ruim para a presidente que tentava se reeleger). Os números só saíram por força de uma ação do Instituto Socioambiental (ISA). Publicados, foram apresentados como um pequeno soluço em meio a uma queda consistente.

Também errado: o conjunto dos levantamentos mostra alta consistente desde uma efêmera queda no período final do governo Lula. A redução continuou inercialmente mas tão logo Dilma Rousseff assumiu, a pressão predatória cresceu e a tendência passou a ascendente.

Além do agronegócio, que agora invade o Amazonas (o novo campeão no ritmo da destruição florestal), a outra grande força de pressão vem do plano de construir dezenas de hidrelétricas faraônicas (e outras tantas menores), projeto tocado pessoalmente por Dilma Rousseff quando ministra, que cria vetores de desmatamento e ocupação incorrigíveis.

Em 1957, o filósofo alemão Gunther Anders escreveu que o fascínio pelo progresso nos faz cegos para o apocalipse. No caso do Brasil, essa cegueira já está nos matando de falta de água, sob um tsunami de lama tóxica e logo vai asfixiar com a fumaça da floresta em chamas.

Talvez a única nota positiva seja a mudança de tom da imprensa, como aFolha, diante da tragédia de Minas Gerais, da iminência da reunião de Paris, das confissões sobre propina de empreiteiras em Belo Monte, e dos sinais de degradação ambiental decorrente das obras de hidrelétricas.

Infelizmente é tarde: a goleada já começou há tempos e Paris vai marcar apenas a constatação do vexame pelas outras nações.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa**  
**Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda**  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa